



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI  
CURSO DE DIREITO

**AS TÉCNICAS INVESTIGATIVAS  
COMO MEIO DE ELUCIDAÇÃO DOS HOMICÍDIOS DOLOSOS  
NA COMARCA DE LAJEADO-RS NO ANO DE 2016**

Nitchela Dexheimer

Lajeado, junho de 2018

Nitchela Dexheimer

**AS TÉCNICAS INVESTIGATIVAS  
COMO MEIO DE ELUCIDAÇÃO DOS HOMICÍDIOS DOLOSOS  
NA COMARCA DE LAJEADO-RS NO ANO DE 2016**

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Curso II – Monografia, do Curso de Direito, da Universidade do Vale do Taquari – Univates, como parte da exigência para a obtenção do título de Bacharela em Direito.

Orientador: Prof. Me. João Antônio Merten Peixoto

Lajeado, junho de 2018

Nitchela Dexheimer

**AS TÉCNICAS INVESTIGATIVAS  
COMO MEIO DE ELUCIDAÇÃO DOS HOMICÍDIOS DOLOSOS  
NA COMARCA DE LAJEADO-RS NO ANO DE 2016**

A Banca examinadora abaixo aprova a Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Curso II – Monografia, do curso de graduação em Direito, da Universidade do Vale do Taquari – Univates, como parte da exigência para a obtenção do grau de Bacharela em Direito:

Prof. Me. João Antônio Merten Peixoto – orientador  
Universidade do Vale do Taquari – Univates

Prof. Me. Hélio Miguel Schauren Junior  
Universidade do Vale do Taquari – Univates

Humberto Messa Roehrig  
Delegado de Polícia – Teutônia/RS

Lajeado, 26 de junho de 2018.

## **AGRADECIMENTOS**

Inicialmente, gostaria de agradecer a Deus e a minha mãe Heloisa, pelo incentivo, amor e principalmente por estar presente em todos os momentos importantes para mim, me dando equilíbrio e força durante essa jornada.

A minha amada avó Lucena que, infelizmente, não está aqui, mas sempre me incentivou a ser independente e estudar. Tenho certeza de que está muito orgulhosa e feliz por minha conquista.

Ao meu orientador, professor João Antônio Merten Peixoto, pelo apoio e incentivo em cada etapa dessa pesquisa. Obrigado pela atenção ao longo de todo meu trabalho.

Por fim, quero agradecer aos professores da Univates pelos ensinamentos valiosos e experiências, aos amigos pela força no momento de desespero e aflição e também pelos momentos bons de risadas e abraços. Agradeço e admiro vocês.

## RESUMO

As técnicas investigativas são pertinentes para a efetiva evolução da investigação. Levando-se em conta a importância da coleta de provas para a resolução de crimes relativos aos homicídios dolosos, é relevante seguir os procedimentos e técnicas apropriadas. Assim, esta monografia tem como objetivo geral analisar as técnicas investigativas do Inquérito Policial como meio de elucidação de homicídios dolosos, relacionando-as aos dados colhidos na Delegacia de Polícia da Comarca de Lajeado-RS. Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, valendo-se do método dedutivo, sendo o procedimento técnico bibliográfico e documental. Dessa forma, o primeiro capítulo versa sobre noções acerca do Inquérito Policial, explicando sua conceituação, previsão legal, natureza jurídica, características e finalidade, atribuição para presidir, as formas de instauração, diligências de investigação, o indiciamento e a conclusão. Em seguida, no segundo capítulo abordam-se questões sobre aspectos fundamentais das técnicas investigativas, relatando os meios de obtenção de prova, as técnicas clássicas, bem como as técnicas modernas. Com o interesse de identificar cada um desses institutos, haverá observações sobre a sua conceituação, características e a aplicabilidade no Inquérito Policial. Finalmente, no terceiro capítulo far-se-á uma análise com a intenção de verificar, a partir de levantamento de dados na Delegacia de Polícia da Comarca de Lajeado-RS, a utilização de técnicas investigativas, examinando a quantidade de inquéritos policiais que foram elucidados com autoria e sem autoria, assim como as técnicas investigativas mais utilizadas para apurar a autoria e materialidade nos crimes de homicídio doloso em 2016, classificando os tipos de homicídios. Buscamos, através da pesquisa realizada, verificar a importância das técnicas investigativas na elucidação dos homicídios dolosos.

**Palavras-chave:** Técnicas investigativas. Meios de elucidação. Homicídio doloso.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantidade de procedimentos que estão em andamento ou foram remetidos ao Poder Judiciário.....	50
Gráfico 2 – Quantidade dos procedimentos remetidos que são Inquérito Policial e que são Procedimento de Adolescente Infrator .....	51
Gráfico 3 – Quantidade de homicídios consumados e tentados.....	52
Gráfico 4 – Quantidade de procedimentos remetidos com e sem autoria.....	53
Gráfico 5 – Técnicas investigativas mais utilizadas para apurar autoria e materialidade nos crimes de homicídio dolosos no ano de 2016.....	54
Gráfico 6 – Preservação do local do crime.....	56

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>08</b>
<b>2 INQUÉRITO POLICIAL .....</b>	<b>11</b>
2.1 Conceito, previsão legal e natureza jurídica .....	11
2.2 Características e finalidade do Inquérito Policial.....	12
2.3 Atribuição para presidir a investigação no Inquérito Policial.....	14
2.4 Formas de instauração do Inquérito Policial.....	16
2.5 Das peças inaugurais do Inquérito Policial .....	17
2.6 Indiciamento .....	19
2.7 Conclusão do Inquérito Policial .....	20
<b>3 TÉCNICAS INVESTIGATIVAS .....</b>	<b>23</b>
3.1 Meios de obtenção de prova.....	23
3.2 Técnicas clássicas.....	24
3.2.1 Preservação do local do crime e apreensão de objetos .....	24
3.2.2 Oitiva do ofendido e do indiciado .....	28
3.2.3 Reconhecimento de pessoas, coisas e acareações .....	29
3.2.4 Determinação de exame de corpo de delito e quaisquer outras perícias .....	31
3.2.5 Identificação do indiciado e averiguações da vida pregressa do investigado .....	33
3.3 Técnicas modernas .....	35
3.3.1 Colaboração premiada .....	36

3.3.2 Captação ambiental.....	38
3.3.3 Ação controlada e acesso restrito de ligações telefônicas e telemáticas.....	40
3.3.4 Interceptação telefônica.....	42
3.3.5 Afastamento dos sigilos financeiro, bancário e fiscal .....	44
3.3.6 Infiltração de agentes policiais .....	45
 4 AS TÉCNICAS INVESTIGATIVAS E O HOMICÍDIO DOLOSO NA COMARCA DE LAJEADO-RS: ESTUDO DE CASO NA DELEGACIA DE POLÍCIA DE LAJEADO-RS. ....	48
4.1 Coleta e análise de dados .....	48
4.2 Classificação do homicídio .....	57
4.3 A importância das técnicas investigativas na elucidação dos homicídios dolosos .....	59
 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	61
 REFERÊNCIAS.....	64
 APÊNDICE A – Levantamento de dados (2016) realizado na Delegacia de Polícia de Lajeado - RS no semestre A/2018.....	68



## 1 INTRODUÇÃO

O Inquérito Policial está consagrado no Código de Processo Penal (CPP), dos artigos 4º ao 23, os quais regulamentam a estrutura e características do procedimento. Cabe salientar que elaborar o inquérito é uma das funções da Polícia Judiciária e consiste em colocar em prática todas as técnicas de investigação e diligências necessárias para que se possam elucidar os fatos delituosos, devendo ser apresentado de forma escrita.

As técnicas investigativas são pertinentes para a efetiva evolução da investigação, no que tange à fase policial. Levando-se em conta a importância da coleta de provas para a resolução de crimes relativos aos homicídios dolosos, é relevante seguir os procedimentos e técnicas apropriadas, tendo em vista a busca de resolução de casos de crime contra a vida, principalmente os dolosos.

Assim, o presente trabalho possui como objetivo geral analisar as técnicas investigativas do Inquérito Policial, como meio de elucidação de homicídios dolosos, relacionando-as aos dados colhidos na Delegacia de Polícia da Comarca de Lajeado-RS. O estudo propõe como problema: De que forma as técnicas investigativas auxiliam na elucidação dos homicídios dolosos, tomando-se por base o estudo de caso de homicídios ocorridos na Comarca de Lajeado-RS, no ano de 2016?

Acerca da hipótese para tal indagação, entende-se que as técnicas investigativas são essenciais para o Inquérito Policial, tendo em vista que esse procedimento necessita de provas para que seja possível averiguar os fatos e,

assim, concluir a autoria do crime. Nesse sentido, entende-se que o percentual de casos resolvidos na Delegacia de Polícia da Comarca de Lajeado, em comparação aos não solucionados, mostrará a importância das técnicas de investigação como meio de elucidar os homicídios dolosos ocorridos.

A pesquisa, com relação à abordagem, adotará o modelo quali-quantitativa, com a aplicação do método dedutivo, baseando-se nos procedimentos técnicos de coleta e análise de dados, valendo-se de técnica bibliográfica e documental, conforme orientação de Chemin (2015). Portanto, a pesquisa quali-quantitativa irá utilizar de dados qualitativos e quantitativos, de modo que serão coletados os dados e, posteriormente, analisados os mesmos. Sendo de extrema importância para a melhor visão dos dados a serem levantados na Delegacia de Polícia da Comarca de Lajeado-RS. Buscando alcançar a finalidade desejada pelo estudo, será utilizado o método dedutivo, que parte de argumentos genéricos para argumentos particulares, conforme Mezzaroba e Monteiro (2014).

Assim, o presente trabalho partirá das premissas gerais, ao descrever noções sobre o Inquérito Policial, explicando sua conceituação, previsão legal, natureza jurídica, características e finalidade, atribuição para presidir, as formas de instauração, diligências de investigação, o indiciamento; passando pela identificação de aspectos fundamentais das técnicas investigativas, relatando os meios de obtenção de prova; as técnicas clássicas, bem como as técnicas modernas, até se chegar à verificação do levantamento de dados na Delegacia de Polícia da Comarca de Lajeado-RS; a utilização de técnicas investigativas, examinando a quantidade de inquéritos policiais que foram elucidados, classificando os tipos de homicídios e o homicídio doloso.

Dessa forma, no primeiro capítulo de desenvolvimento deste estudo serão abordadas noções sobre o Inquérito Policial, explicando sua conceituação, previsão legal, natureza jurídica, características e finalidade, atribuição para presidir, as formas de instauração, diligências de investigação, o indiciamento e a conclusão.

No segundo capítulo serão descritas considerações sobre aspectos fundamentais das técnicas investigativas, relatando os meios de obtenção de prova, as técnicas clássicas, bem como as técnicas modernas. Com o interesse de

identificar cada um desses institutos, destacar-se-ão observações sobre a sua conceituação, características e a aplicabilidade no Inquérito Policial.

Adiante, no terceiro capítulo, far-se-á uma análise com a intenção de verificar, a partir de levantamento de dados na Delegacia de Polícia da Comarca de Lajeado-RS, a utilização de técnicas investigativas, examinando a quantidade de inquéritos policiais que foram elucidados, bem como as técnicas investigativas mais utilizadas para apurar a autoria e materialidade nos crimes de homicídio doloso em 2016, classificando os tipos de homicídios.

## **2 INQUÉRITO POLICIAL**

O Inquérito Policial está identificado no Código de Processo Penal, do artigo 4º ao 23. Cabe salientar que o inquérito é uma das funções da Polícia Judiciária, que consiste em colocar em prática todas as técnicas de investigação e diligências necessárias para que seja possível elucidar os fatos delituosos. Este é um procedimento formal, o qual deve ser apresentado de forma escrita. Em vista disso, no próximo capítulo temos como objetivo descrever noções sobre o Inquérito Policial, explicando seu conceito, previsão legal, natureza jurídica, características e finalidade, bem como fixar quem tem a atribuição para presidir o inquérito policial, suas formas de instauração, as diligências de investigação, conclusão e o indiciamento.

### **2.1 Conceito, previsão legal e natureza jurídica**

De acordo com Tourinho Filho (2013, p. 228), “o Inquérito Policial consiste em todas as diligências necessárias para o descobrimento dos fatos criminosos, de suas circunstâncias e de seus autores e cúmplices, devendo ser reduzido a instrumento escrito”.

Por sua vez, Capez (2010, p. 109) conceitua o Inquérito Policial como:

[...] o conjunto de diligências realizadas pela polícia judiciária para a apuração de uma infração penal e de sua autoria, a fim de que o titular da ação penal possa ingressar em juízo (CPP, art. 4º). Trata-se de procedimento persecutório de caráter administrativo instaurado pela autoridade policial. Tem como destinatários imediatos o Ministério Público, titular exclusivo da ação penal pública (CF, art. 129, I), e o ofendido, titular

da ação penal, privada (CPP, art. 30); como destinatário mediato tem o juiz, que se utilizará dos elementos de informação nele constantes, para o recebimento da peça inicial e para a formação do seu convencimento quanto à necessidade de decretação de medidas cautelares.

Além disso, para Lopes Júnior (2010, p. 255), o Inquérito Policial “é o ato ou efeito de inquirir, isto é, procurar informações sobre algo, colher informações acerca de um fato, perquirir”.

O inquérito está consagrado no Título II, do artigo 4º ao 23, no Código de Processo Penal. De acordo com o artigo 4º, do Código de Processo Penal: “A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria”. Sendo assim, o inquérito tem a finalidade de apurar os fatos delituosos bem como a apuração da autoria.

Por sua vez, Lima (2015, p. 109) explica que o Inquérito Policial tem natureza jurídica de procedimento administrativo, tendo em vista não se tratar de processo judicial, eis que “neste momento, ainda não há o exercício de pretensão acusatória. Logo, não se pode falar em partes *strictu sensu*, já que não existe uma estrutura processual dialética, sob a garantia do contraditório e da ampla defesa”.

No próximo subcapítulo iremos tratar das características e da finalidade do Inquérito Policial.

## 2.2 Características e finalidade do Inquérito Policial

O Inquérito Policial é um procedimento com características próprias, sendo elas:

**a) procedimento escrito:** tendo em vista o artigo 9º do Código de Processo Penal, que consagra que “todas as peças do inquérito policial serão, num só processado, reduzidas a escrito ou datilografadas e, neste caso, rubricadas pela autoridade”. Assim sendo, não há a possibilidade do procedimento se dar de forma verbal;

**b) procedimento sigiloso:** assegurado no artigo 20 do Código de Processo Penal: “A autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade. [...]”. De acordo com Capez (2010, p. 116), esta característica não se aplica ao Ministério Público, bem como à autoridade judiciária, qual seja a Polícia Civil. O professor acrescenta, ainda, que “[...] o sigilo no inquérito policial deverá ser observado como forma de garantia da intimidade do investigado, resguardando-se, assim, seu estado de inocência” (2010, p. 116);

**c) procedimento oficial:** explica Capez (2010, p. 116) que o inquérito policial é “[...] uma atividade investigatória feita por órgãos oficiais, não podendo ficar a cargo do particular, ainda que a titularidade da ação penal seja atribuída ao ofendido”;

**d) procedimento oficioso:** pois independe de provocação, conforme artigo 5º, inciso I, do Código de Processo Penal: “nos crimes de ação pública o inquérito policial será iniciado: I - de ofício [...]”. No que diz respeito à característica de oficiosidade, há duas exceções, que estão previstas nos parágrafos 4º e 5º, do artigo acima referido:

Art. 5º. [...].

§ 4º O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.

§ 5º Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.

**e) procedimento indisponível:** visto que, depois de instaurado o procedimento, “a autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito”, conforme artigo 17, do Código de Processo Penal;

**f) procedimento (in)dispensável:** sendo o inquérito policial uma peça de informação, seu uso não é obrigatório. Conforme Tourinho Filho (2013, p. 239), no inquérito há a apuração da infração penal, bem como a autoria e, sendo o inquérito uma peça de informação, o autor explica que essas informações têm como finalidade “permitir que o titular da ação penal, seja o Ministério Público, seja o ofendido, possa exercer o *jus perseguendi in judicio*, isto é, possa iniciar a ação penal”;

**g) procedimento de autoritariedade:** esta característica está presente na Carta Magna de 1988, em seu artigo 144, § 4º:

Art. 144. [...].

§ 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

**h) procedimento inquisitivo:** é aquele em que as atividades persecutórias ficam com uma só autoridade, conforme explica Capez (2010, p. 117):

Caracteriza-se como inquisitivo o procedimento em que as atividades persecutórias concentram-se nas mãos de uma única autoridade, a qual, por isso, prescinde, para a sua atuação, da provocação de quem quer que seja, podendo e devendo agir de ofício, empreendendo, com discricionariedade, as atividades necessárias ao esclarecimento do crime e da sua autoria. É característica oriunda dos princípios da obrigatoriedade e da oficialidade da ação penal.

Quanto à finalidade do Inquérito Policial, Capez (2010, p. 112) explica que “[...] a apuração de fato que configure infração penal e a respectiva autoria para servir de base à ação penal ou às providências cautelares”.

O inquérito tem como finalidade, no entendimento de Tourinho Filho (2013, p. 230), a “apuração da existência de infração penal e à respectiva autoria, a fim de que o titular da ação penal disponha de elementos que o autorizem a promovê-la. Apurar a infração penal é colher informações a respeito do fato criminoso”.

No próximo subcapítulo, iremos abordar quem é que possui atribuição para presidir a investigação no inquérito policial.

## **2.3 Atribuição para presidir a investigação no Inquérito Policial**

Consoante o artigo 4º, do Código de Processo Penal, o inquérito é realizado pela polícia judiciária: “A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria”.

Porém, o inquérito não precisa ser necessariamente policial, a investigação de fatos que constituem crimes pode ser realizada por outras autoridades administrativas. Observe-se o parágrafo único do artigo 4º, do Código de Processo

Penal: “A competência definida neste artigo não excluirá a de autoridades administrativas, a quem por lei seja cometida a mesma função”. Portanto, há exceções.

É também cabível às autoridades administrativas o poder de investigação de crimes, desde que orientadas pelas finalidades atribuições, conforme legislação, como por exemplo, o Ministério Público, entre outras autoridades.

Exceção à regra geral, a atribuição para presidir o inquérito é também outorgada aos delegados de polícia de carreira, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988, artigo 144, § 4º:

Art. 144. [...]

§ 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

Com relação ao Ministério Público e suas funções, o artigo 129, inciso III da Constituição Federal dispõe que “são funções institucionais do Ministério Público [...] III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos”.

Com efeito, a Lei Orgânica da referida instituição, Lei n.º 8.625/93, em seu artigo 26, dispõe caber ao Ministério Público (grifos nossos):

Art. 26. No exercício de suas funções, o Ministério Público poderá:

I - instaurar inquéritos civis e outras medidas e procedimentos administrativos pertinentes e, para instruí-los:

I - requisitar informações e documentos a entidades privadas, para instruir procedimentos ou processo em que oficie;

III - requisitar à autoridade competente a instauração de sindicância ou procedimento administrativo cabível.

Rangel (p. 160, 2016), em sua obra *Investigação Criminal Direta pelo Ministério Público - Visão Crítica*, cita o jurista Mazzilli, o qual explana a questão das investigações diretas pelo Ministério Público, conforme exposto:

[...] a atuação do Ministério Público, na condução das investigações diretas, não pode se voltar única e exclusivamente para os crimes cometidos pelos administrados, mas sim, também, pelos administradores, integrantes do governo, que, por exercerem poder hierárquico sobre as atividades das autoridades policiais, muitas vezes, impedem que haja uma apuração isenta de qualquer conotação político-partidária.

De outra banda, há também a atribuição para presidir investigação no



inquérito das Comissões Parlamentares de Inquérito - CPI do Congresso Nacional e suas Casas, conforme prevê o artigo 58, § 3º da Constituição Federal de 1988. No qual destaca acerca dos poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.

*In verbis:*

Art. 58. Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

[...]

§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Por fim, a Súmula n.º 234 do Superior Tribunal de Justiça admite a possibilidade da investigação criminal pelo Ministério: “A participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal não acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia”.

## 2.4 Formas de instauração do Inquérito Policial

Conforme o autor Lopes Jr. (2010), o início do Inquérito Policial se dá com a *notitia criminis*, ou seja, a notícia do crime, ou até mesmo em atividades de ofício dos órgãos encarregados pela segurança pública. O procedimento policial começa de forma administrativa, quando o Delegado toma ciência de um crime, sendo obrigado a instaurar o procedimento para averiguar os fatos.

Capez (2010, p. 121) conceitua a *notitia criminis* (notícia do crime) como sendo o “conhecimento espontâneo ou provocado, por parte da autoridade policial, de um fato aparentemente criminoso. É com base nesse conhecimento que a autoridade dá início às investigações”.

Outrossim, consoante o Código de Processo Penal, existem cinco formas pelas quais o inquérito policial pode ser iniciado: de ofício; por requisição do juiz; por requisição do Ministério Público; por requerimento do ofendido; e pelo auto de prisão em flagrante. O autor Sousa (2014) explica estas formas como:

- De ofício: O inquérito instaurado de ofício é aquele que a autoridade policial dará início de forma voluntária, desta maneira, sem que haja pedido expresso de alguém. Nesta circunstância, será instaurado de ofício quando a autoridade policial tomar o conhecimento da ocorrência de um crime de ação penal pública em sua área de atuação, de maneira que deverá instaurá-lo obrigatoriamente. Além disso, assim que a autoridade policial tomar conhecimento do delito, ou seja, *notitia criminis*, está baixará a chamada portaria, que, no caso, será a peça inicial do inquérito;

- Por requisição do juiz ou do Ministério Público: Previsto no artigo 5º, II, 1ª parte, do Código de Processo Penal, significa dizer que a autoridade policial, ao receber a requisição (se iguala à ordem) por meio do juiz ou promotor, será obrigada a iniciar as investigações. Com relação ao assunto, explica o próprio artigo 5º que: “o inquérito policial será iniciado”, modo pelo qual não há faculdade de instaurá-lo ou não;

- Por requerimento do ofendido: Consoante previsão legal do Código de Processo Penal, artigo 5º, II, 2ª parte, o inquérito policial será iniciado de maneira formal caso a vítima solicite o início do mesmo. No requerimento deverá constar a narração do fato, com todas as circunstâncias; a individualização do investigado; e a nomeação de testemunhas. Neste caso, o requerimento será oportuno nos crimes de ação penal pública ou privada;

- Pelo Auto de Prisão em Flagrante: Por fim, no que diz respeito ao início do Inquérito Policial por meio do Auto de Prisão em Flagrante, ou seja, quando alguém for preso em flagrante, este será encaminhado à delegacia de polícia para lavratura do auto de prisão. O Auto de Prisão em Flagrante conterá as circunstâncias do crime e da prisão e, quando for lavrado, será considerado instaurado para as investigações.

## **2.5 Das peças inaugurais do Inquérito Policial**

O autor Lima (2015) explica acerca das peças inaugurais do Inquérito Policial e a variação das mesmas de acordo com o tipo de ação penal. Conforme exposto:

1ª – Portaria: A portaria se dá quando o inquérito policial é instaurado pela autoridade policial *ex officio*. Está prevista no artigo 5º, inciso I do Código de Processo Penal. Esta peça será subscrita pelo Delegado de Polícia e nesta deverá conter o objeto investigado, as circunstâncias conhecidas sobre o fato delituoso, bem como iniciais diligências a serem cumpridas;

2ª – Auto de Prisão em Flagrante: O Auto de Prisão em Flagrante é peça inaugural do inquérito policial em qualquer espécie de infração penal. Lima (2015) diz que, mesmo que não conste no artigo 5 do Código de Processo Penal, o Auto de Prisão em Flagrante é forma de instauração do inquérito e que o mesmo serve de peça inaugural da investigação;

3ª – Requerimento do ofendido ou de seu representante legal: É também possível a instauração do procedimento policial a partir do requerimento do ofendido ou de seu representante legal, o qual motiva a ação penal privada e a ação penal pública condicionada. Neste requerimento deve haver, segundo Lima (p. 126, 2015):

- 1) a narração do fato com todas as circunstâncias;
- 2) a individualização do indiciado ou seus sinais característicos e as razões de convicção ou de presunção de ser ele o autor da infração ou os motivos de impossibilidade de fazê-lo e
- 3) a nomeação das testemunhas, com indicação de sua profissão e residência - art. 5º, § 1º do CPP.

Sendo o caso de ação penal pública condicionada à instauração do inquérito policial, só será posto em prática mediante a representação do ofendido ou de seu representante legal, caso contrário não será iniciado o procedimento administrativo (artigo 5º, §§ 4º e 5º - Código de Processo Penal).

4ª – Requisição do Ministério Público ou Autoridade Judiciária: De acordo com o artigo 5º, inciso II do Código de Processo Penal, com relação aos crimes de ação pública, o inquérito será iniciado "[...] II - mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo". Esta forma de requisição é cabível tanto na ação penal pública incondicionada quanto na ação penal pública condicionada, desde que acompanhada de representação.

## 2.6 Indiciamento

De acordo com a Lei nº 12.830/2013 que dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo Delegado de Polícia, conforme artigo 2º, §6, o indiciamento dar-se-á por ato fundamentado.

Art. 2º As funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais exercidas pelo delegado de polícia são de natureza jurídica, essenciais e exclusivas de Estado.

[...]

§ 6º O indiciamento, privativo do delegado de polícia, dar-se-á por ato fundamentado, mediante análise técnico-jurídica do fato, que deverá indicar a autoria, materialidade e suas circunstâncias.

Mirabete (2007, p. 73) conceitua o indiciamento da seguinte forma: “É a imputação a alguém, no inquérito policial, da prática de ilícito penal (...). Havendo qualquer indício da autoria, deve a autoridade policial providenciar o indiciamento”.

Para Capez (2017), o indiciamento é um ato declaratório, de um provável suspeito de ser o autor de uma infração penal (...). O interrogatório do indiciado deve ser realizado pela autoridade policial, que, inclusive, poderá conduzir o indiciado de forma coercitiva, em caso de descumprimento injustificado de intimação, consoante artigo 260, do Código de Processo Penal: “Se o acusado não atender à intimação para o interrogatório, reconhecimento ou qualquer outro ato que, sem ele, não possa ser realizado, a autoridade poderá mandar conduzi-lo à sua presença”.

Ainda, deverem ser observados os artigos 185 a 196 do Código de Processo Penal, ressaltando que o indiciado tem o direito de permanecer calado (Constituição Federal de 1988, artigo 5º, LXIII), desta forma não será obrigado a responder às perguntas que a ele forem feitas. Acrescenta Capez (2017) que do direito de permanecer calado não se pode extrair presunção desfavorável ao mesmo.

Em observância ao artigo 6º, incisos V, VIII, IX, do Código de Processo Penal, logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá (grifos nossos):

Art. 6º. [...]  
IV - ouvir o ofendido;

V - ouvir o indiciado, com observância, no que for aplicável, do disposto no Capítulo III do Título VII, deste Livro, devendo o respectivo termo ser assinado por duas testemunhas que lhe tenham ouvido a leitura:

[...].

IX - averiguar a vida pregressa do indiciado, sob o ponto de vista individual, familiar e social, sua condição econômica, sua atitude e estado de ânimo antes e depois do crime e durante ele, e quaisquer outros elementos que contribuïrem para a apreciação do seu temperamento e caráter.

A autoridade policial não tem obrigação de providenciar advogado ao indiciado para acompanhar interrogatório. Desta maneira, Capez (2017, p. 138) ressalta que:

A autoridade policial não esta obrigada a providenciar para o indiciado advogado legalmente habilitado com o fim de acompanhar o seu interrogatório, pois o que a Constituição Federal quis, em seu art. 5o, LXIII, foi simplesmente abrir a possibilidade para que ele, querendo, entre em contato com seu advogado. Do mesmo modo, o delegado de polícia não é obrigado a intimar o defensor técnico para assistir ao ato, inexistindo qualquer vício no interrogatório realizado sem a sua presença.

De acordo com a Súmula n.º 568 do Supremo Tribunal Federal, muito embora o indiciado já tenha sido identificado civilmente, sua identificação criminal não constitui constrangimento ilegal.

Todavia, prevê a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, LVIII que não será submetido à identificação criminal o civilmente identificado, salvo nas hipóteses prevista em lei.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...].

LVIII - o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei.

Neste sentido, via de regra, o civilmente identificado não será submetido à identificação criminal. Somente nos casos em que a lei prevê será procedido a identificação criminal do civilmente identificado.

## **2.7 Conclusão do Inquérito Policial**

De acordo com Lopes Jr. (2010), o procedimento policial será finalizado mediante um relatório minucioso e, por meio deste, o Delegado de Polícia, de forma

objetiva e impessoal, irá expor o que foi investigado e, posteriormente, será remetido ao foro para ser distribuído.

Consoante o artigo 10, caput, do Código de Processo Penal, no caso do autor ter sido preso em flagrante e a prisão ter sido convertida em prisão preventiva, a autoridade policial deverá concluir o inquérito no prazo de 10 dias. Este prazo é contado a partir do dia em que foi efetivada a prisão ou no prazo de 30 dias quando o autor estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

Via de regra, na esfera estadual, há o prazo de 30 dias para o encerramento do procedimento policial. No entanto, de acordo com Nucci (2008), é impossível cumprir o prazo de 30 dias em virtude de acúmulo de serviço. Desta forma, a autoridade policial solicita a dilatação do prazo ao juiz, com a manifestação do órgão Ministerial. Em resumo, o professor Lopes Júnior (2010) explica que quando o indiciado estiver em liberdade, acaba por não existir prazo certo para o encerramento do Inquérito Policial, apesar de que sempre há o controle judicial dos atos realizados pela polícia.

Ainda, a contagem de prazo para a conclusão do inquérito é de natureza processual e material. Caso o indiciado estiver solto o prazo será processual e a contagem se iniciará no próximo dia útil seguinte, excluindo o dia de início e incluindo o dia final (artigo 798, §§1º e 3º, CPP). Quando o indiciado estiver preso, o prazo é material, conta-se o dia do início e exclui o dia final (artigo 10 do Código Penal) (SOUSA, 2014).

Ressalta-se que há exceções quanto aos prazos no que diz respeito às legislações especiais, como, por exemplo, a Lei de Drogas n.º 11.343/06, na qual o prazo para conclusão do inquérito é de 30 dias se o indiciado estiver preso e, caso o indiciado estiver solto, é de 90 dias. Podendo estes ser duplicados pelo juiz. Na Lei n.º 1.521/51, que trata dos Crimes contra a economia popular, o prazo é de 10 dias tanto para indivíduo preso, quanto para o indivíduo solto (LIMA, 2015).

O Inquérito Policial irá acompanhado dos instrumentos utilizados para cometer o delito e demais objetos possam servir para a instauração processual e julgamento. Após ter sido recebido o inquérito pelo juiz, será dado vista ao Ministério

Público, o qual poderá oferecer a denúncia, pedir o arquivamento ou requerer a realização de diligências complementares (LOPES JÚNIOR, 2010).

Por fim, destaca-se que uma vez instaurado o Inquérito Policial, o arquivamento só poderá ser decretado por decisão do juiz ou pedido do Ministério Público, eis que a autoridade policial não possui competência para tal, nos termos do artigo 17 do Código de Processo Penal.

No próximo capítulo, abordar-se-ão questões relativas às técnicas investigativas utilizadas pela polícia judiciária para apurar a autoria e a materialidade dos delitos durante o desenvolvimento do Inquérito Policial.

### **3 TÉCNICAS INVESTIGATIVAS**

De acordo com Soares (2014, p. 13) as técnicas investigativas são: “sequências de atos juridicamente permitidos ou impostos, planejados para bem atingir a finalidade dos variados meios de investigação”. As técnicas investigativas são, em resumo, as diligências que serão tomadas ao longo do procedimento policial, bem como os meios que serão utilizados para investigar se há um crime, determinar a autoria e, por fim, colher as provas para solucionar o delito.

Dentre as técnicas de investigação temos as Técnicas Clássicas, previstas no artigo 6º do Código de Processo Penal e as Técnicas Modernas, previstas no artigo 3º da Lei nº 12.850/2013 – Lei da Organização Criminosa.

#### **3.1 Meios de obtenção de prova**

Os meios de obtenção de provas, de acordo com Badaró (2014, p. 268), também “denominados meios de investigação ou de pesquisa de provas, são instrumentos para a colheita de fontes ou elementos de prova”.

O referido autor entende que a surpresa é uma característica dos meios de obtenção de provas, apontado pela doutrina. Desta forma, a eficiência da coleta de elementos de prova depende do desconhecido da pessoa investigada.



O Código de Processo Penal e a Lei da Organização Criminosa (Lei nº 12.850/2013) trazem meios de obtenção e prova e estão dispostos nos artigo 6º e 7º do Código de Processo Penal e art. 3º da Lei nº 12.850/2013.

### **3.2 Técnicas clássicas**

O Código de Processo Penal apresenta um rol exemplificativo de diligências que poderão ser tomadas assim que a autoridade policial tomar conhecimento da consumação de um delito, conforme previsão legal no artigo 6º do Código de Processo Penal, conforme exposto:

Art. 6º Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá:

- I - dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais;
- II - apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais;
- III - colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias;
- IV - ouvir o ofendido;
- V - ouvir o indiciado, com observância, no que for aplicável, do disposto no Capítulo III do Título VII, deste Livro, devendo o respectivo termo ser assinado por duas testemunhas que lhe tenham ouvido a leitura;
- VI - proceder a reconhecimento de pessoas e coisas e a acareações;
- VII - determinar, se for caso, que se proceda a exame de corpo de delito e a quaisquer outras perícias;
- VIII - ordenar a identificação do indiciado pelo processo datiloscópico, se possível, e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes;
- IX - averiguar a vida pregressa do indiciado, sob o ponto de vista individual, familiar e social, sua condição econômica, sua atitude e estado de ânimo antes e depois do crime e durante ele, e quaisquer outros elementos que contribuam para a apreciação do seu temperamento e caráter;
- X - colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.

Estas diligências investigatórias dão conta das Técnicas Clássicas de investigação no Inquérito Policial, o que será apresentado nos subcapítulos que seguem.

#### **3.2.1 Preservação do local do crime e apreensão de objetos**

Com relação à preservação do local do crime, Tourinho Filho (2013) explica que o exame realizado no local do crime é de suma importância para que possa ser elucidada a infração, bem como a descoberta da autoria.

Conforme previsto no inciso I do artigo 6º do Código de Processo Penal, a autoridade policial, assim que tomar conhecimento da prática de infração penal, deverá se dirigir ao local do crime com o fim de garantir que não se alterem o estado e conservação da coisa, até a chegada dos peritos. Sendo assim, cabe à autoridade policial preservar o local do crime.

Neste sentido, consagra o artigo 169 do Código de Processo Penal:

Art. 169. Para o efeito de exame do local onde houver sido praticada a infração, a autoridade providenciará imediatamente para que não se altere o estado das coisas até a chegada dos peritos, que poderão instruir seus laudos com fotografias, desenhos ou esquemas elucidativos (Vide Lei nº 5.970, de 1973).

Parágrafo único. Os peritos registrarão, no laudo, as alterações do estado das coisas e discutirão, no relatório, as consequências dessas alterações na dinâmica dos fatos.

De acordo com Lima (2015), preservar o local do crime tem o objetivo de manter inalterados os sinais deixados pelo autor da infração penal, para que não reste prejudicado o trabalho realizado pelos peritos criminais. Ainda, explica que um dos requisitos essenciais para que os peritos possam realizar a perícia de forma adequada é que o local do crime esteja isolado para que não se perca nenhum elemento de prova significativo deixado na cena do crime pelos autores.

Explica, ainda, o professor, que a investigação terá mais chances de ser bem-sucedida observando os seguintes aspectos: a) as investigações devem começar no local do fato, havendo, assim, mais oportunidades de encontrar informações acerca do crime, tanto com o que diz respeito às provas periciais, quanto das demais formas de investigação subjetiva, como, por exemplo, as testemunhas; b) outro aspecto importante é o tempo, tendo em vista que, conforme o tempo passa, provas importantes se perdem, provas estas que, em muitos casos, são de suma importância para a conclusão da investigação.

Outra técnica de investigação Clássica é a apreensão de objetos. Esta técnica está prevista no inciso II do artigo 6º do Código de Processo Penal, dando conta de que no momento em que a autoridade policial tomar conhecimento de um fato delituoso, esta determinará a apreensão dos objetos que tiverem relação com o fato, somente após a realização do trabalho dos peritos.

Para o autor Tourinho Filho (2013), devem ser apreendidos os objetos que têm relação com o fato delituoso e é dispensável qualquer comentário quanto à necessidade desta medida.

Lima (2015, p. 131) elenca que os objetivos da apreensão de objetos que estão relacionados com a infração penal são: “a) futura exibição do instrumento utilizado para a prática do delito, como por exemplo, durante o Plenário do Tribunal do Júri; b) necessidade de contraprova; c) eventual perda em favor da União como efeito da condenação (confisco)”.

Ainda, explica o promotor que qualquer objeto que tiver relação com o fato delituoso pode ser apreendido, e tampouco importa se é de origem lícita ou ilícita. No caso dos objetos serem apreendidos, deverão acompanhar os autos do Inquérito Policial, conforme previsto no artigo 11 do Código de Processo Penal: “*Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, acompanharão os autos do inquérito*”.

De acordo com o Código de Processo Penal, existem casos em que não poderão ser restituídos os bens apreendidos, conforme dispõe os artigos 118, 119 e 120.

Bonfim (2016) e Lima (2015) citam também a busca como meio de obtenção de prova e a conceituam como ação de procurar e achar indivíduo ou objeto. Desta maneira, a apreensão não se confunde com a busca, isso porque, esse é o ato de apreender e guarda da coisa ou de pessoa. A busca pode ocorrer de duas maneiras, ou seja, existem duas espécies de busca: a domiciliar e a busca pessoal.

Dispõe o artigo 242 do Código de Processo Penal que: “A busca poderá ser determinada de ofício ou a requerimento de qualquer das partes”. No entanto, os autores (BONFIM, 2016; LIMA, 2015) explicam que deve haver distinção entre a busca pessoal e a domiciliar.

A busca pessoal “constitui a revista de pessoa, a fim de que se localize e apreenda objeto previsto na lei processual penal” (BONFIM, 2016, p. 508). Lima (2015) explica que existem dois tipos: a pessoal, por razões de segurança (aquela realizada em locais como festas, aeroportos etc., sendo que caso a pessoa não

queira submeter-se a revista, não poderá frequentar o estabelecimento) e a pessoal, de natureza processual e penal (independe de mandado, e ocorre quando há suspeita de que o indivíduo esteja escondendo algum objeto, que possa ser útil a elucidação de algum fato ou elemento de convicção). Neste sentido, temos o artigo 244 do Código de Processo Penal:

Art. 244. A busca pessoal independerá de mandado, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar.

A busca domiciliar depende de mandado e tem respaldo na Constituição Federal de 1988, artigo 5º, inciso XI: “a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial” (LIMA, 2015).

Neste sentido, o artigo 241 do Código de Processo Penal explica: “Quando a própria autoridade policial ou judiciária não a realizar pessoalmente, a busca domiciliar deverá ser precedida da expedição de mandado”. Caso em que a autoridade, tanto policial, quanto judiciária, devem declarar o objeto e a qualidade da diligência, conforme disposto no artigo 245, §1º, do Código de Processo Penal (LIMA, 2015).

Bonfim (2016, p. 508) explica que o “domicílio, neste caso, abrangerá qualquer compartimento habitado ou aposento ocupado de habitação coletiva, incluindo também todo o compartimento não aberto ao público onde alguém exercer profissão ou atividade”.

O artigo 245, *caput*, do Código de Processo Penal, traz que, via de regra, as buscas domiciliares ocorrerão de dia e há a exceção de que se o morador permitir, que seja a busca realizada a noite. Ainda, antes de entrar na casa, deverão os executores ler e mostrar o mandado ao morador, ou alguém que o represente, e posteriormente intimar o mesmo e abrir a porta.

Ainda, em caso de desobediência do morador, o parágrafo 2º, do artigo 245, do Código de Processo Penal, explica que poderá a autoridade arrombar a porta e

forçar a entrada, isso quando o cumprimento do mandado ocorrer durante o dia, depois de lido.

### **3.2.2 Oitiva do ofendido e do indiciado**

A oitiva do ofendido está prevista no inciso IV do artigo 6º do Código de Processo Penal, e deverá ser realizada logo que a autoridade tomar conhecimento do fato delituoso.

Para Tourinho Filho (2013), a autoridade policial deverá ouvir o ofendido sempre que possível, haja vista que é o ofendido o sujeito que sofre a ação e é quem melhor poderá esclarecer o fato ocorrido.

Caso o ofendido não compareça à Delegacia para sua oitiva, a autoridade policial poderá determinar sua condução coercitiva, conforme previsão legal do artigo 201, § 1º, do Código de Processo Penal:

Art. 201. Sempre que possível, o ofendido será qualificado e perguntado sobre as circunstâncias da infração, quem seja ou presuma ser o seu autor, as provas que possa indicar, tomando-se por termo as suas declarações.  
§ 1º - Se, intimado para esse fim, deixar de comparecer sem motivo justo, o ofendido poderá ser conduzido à presença da autoridade.

No entendimento de Lima (2015), o depoimento do ofendido deverá ser colhido com cautela, visto que há o envolvimento emocional do mesmo com o fato em questão, bem como o interesse no desfecho da investigação. Sendo muito importantes as informações prestadas por ele para a obtenção de provas, sendo contributivas para a elucidação da investigação. Mas, para que isso ocorra, deve haver interesse da vítima em colaborar para haver um bom resultado da investigação.

A oitiva do indiciado, prevista no inciso V do artigo 6º do Código de Processo Penal, deve ser realizada com as garantias e normas que regulam o interrogatório. Não sendo permitido que o indiciado sofra pressão no seu interrogatório, devendo ele sentir-se a vontade (TOURINHO FILHO, 2013).

A presença de advogado na oitiva do indiciado é dispensável na fase de Inquérito Policial, por possuir natureza inquisitorial (LIMA, 2015).

Salienta Tourinho Filho (2013) que a oitiva do indiciado será realizada através do auto de interrogatório lavrado pelo Escrivão e assinado pela Autoridade Policial, qual seja, o Delegado de Polícia, pelo indiciado e por duas testemunhas, sendo dispensável que as testemunhas assistam ao interrogatório.

No caso do indiciado não saber escrever, não puder ou não quiser assinar, consagra o artigo 195 do Código de Processo Penal que tal fato seja consignado no termo lavrado.

Lima (2015, p. 134) cita que há quatro principais direitos do imputado na fase processual. Sendo elas: “a) ter ciência da imputação; b) ser ouvido sobre a imputação; c) ter conhecimento do proceder investigatório; d) apresentar, por si ou por defensor, dados que possam influir no andamento da investigação, no oferecimento da denúncia e na análise da viabilidade de futura acusação”.

Ademais, a oitiva do investigado compõe um dos atos de indiciamento, o qual somente será realizado quando se tiver conhecimento de um indivíduo a quem possa ser imputado a suspeita de praticar o fato delituoso, objeto da investigação (BONFIM, 2016).

Cabe salientar que, conforme o professor, o indivíduo apenas assume a condição de indiciado se, depois de iniciada as investigações, haja elementos necessários para que recaiam suspeitas acerca da autoria do delito praticado. E, então, apenas se existir estes elementos, é que ocorrerá o ato de indiciamento, motivo pelo qual o investigado passará a ser indiciado.

### **3.2.3 Reconhecimento de pessoas, coisas e acareações**

Em consonância com o artigo 6º, inciso VI, do Código de Processo Penal, preceder-se-á o reconhecimento de pessoas, coisas e acareações logo que a autoridade policial tomar conhecimento do fato delituoso. Ademais, as técnicas apresentadas neste subcapítulo estão consagradas nos artigos 226 a 230 do Código de Processo Penal.

Inicialmente, explica Bonfim (2016) que a identificação do autor do fato delituoso primeiramente se dá na Delegacia de Polícia, com base no álbum fotográfico de criminosos que é exibido para as vítimas e testemunhas.

O procurador esclarece que esse procedimento possibilita iniciar a investigação, bem como orientar a linha investigatória, de modo que a atenção se concentre na autoria delitiva, de pessoa determinada, motivo pelo qual é um legítimo meio de investigação policial.

Podendo, de acordo com Bonfim (2016, p. 187), o reconhecimento ser definido como “o ato por meio do qual alguém atribui uma identidade a determinada pessoa ou coisa”.

Outrossim, além do reconhecimento pessoal, o reconhecimento fotográfico é também admitido como meio de investigação, em atenção ao artigo 155, parágrafo único, do Código de Processo Penal. De acordo com o professor, trata-se de uma medida de caráter subsidiário, momento em que não for possível o reconhecimento policial do suspeito.

Assim, entende o autor que a utilização de fotografias para a identificação do possível autor de um delito será aceitável apenas quando ocorrer uma das seguintes situações:

- a) quando não for possível ou necessário realizar o reconhecimento pessoal;
- b) quando não existir um suspeito do ato delitivo;
- c) quando o suspeito se negar de participar do reconhecimento pessoal, ou quando sua ausência impedir a realização do referido ato adequadamente;
- d) quando existirem motivos para presumir que o suspeito interromperá a realização do reconhecimento;
- e) quando a testemunha não aceitar ou não for capaz de fazer o reconhecimento pessoal;
- f) quando não existirem pessoas semelhantes ao suspeito, mas sim fotografias semelhantes ao suspeito para o reconhecimento fotográfico;

g) quando a realização do reconhecimento pessoal retarde a oportunidade da testemunha para tentar o reconhecimento enquanto sua memória é ainda recente, recomendando-se, nesse caso, o reconhecimento fotográfico.

Neste sentido, Bonfim (2016) esclarece que a exibição do álbum fotográfico às vítimas, bem como às testemunhas, deve se dar de forma neutra, para que não influencie no reconhecimento.

A palavra acareação significa confronto, enfrentamento. E, de acordo com Bonfim (2016), tem como objetivo alcançar a conformidade dos depoimentos prestados à autoridade policial no que tange às circunstâncias relevantes para a investigação.

Desta forma, a acareação consiste em confrontar as pessoas que tenham prestado depoimentos divergentes e estejam envolvidas com o fato investigado, podendo haver acareamento entre investigados, testemunhas ou vítimas, assim como entre investigado e testemunhas, investigado e vítima ou entre esta e testemunhas (BONFIM, 2016).

Neste sentido, cita o artigo 229, *caput*, do Código de Processo Penal que:

Art. 229. A acareação será admitida entre acusados, entre acusado e testemunha, entre testemunhas, entre acusado ou testemunha e a pessoa ofendida, e entre as pessoas ofendidas, sempre que divergirem, em suas declarações, sobre fatos ou circunstâncias relevantes.

Ademais, Bonfim (2016, p. 189) conclui que:

Se uma das pessoas não estiver presente, pode-se realizar a acareação apresentando à pessoa presente as divergências existentes entre os depoimentos, buscando esclarecê-las. Nesse caso, não ocorrerá propriamente acareação, mas mero confronto entre as versões do fato apresentadas pelos ouvidos, a fim de dirimir controvérsias entre os depoimentos.

### **3.2.4 Determinação de exame de corpo de delito e quaisquer outras perícias**

Bonfim (2016) explica que o corpo de delito é o conjunto de vestígios materiais deixados pelo crime, não dependendo de ter sido objeto material do crime pessoa ou coisa. Destarte, tanto se pode realizar o exame de corpo de delito em



peessoas quanto em coisas. Cabe salientar que a autoridade policial pode determinar que seja realizada qualquer perícia que julgar indispensável para as investigações (artigos 158 a 184 do Código de Processo Penal).

Conforme o artigo 158, *caput*, do Código de Processo Penal, o exame de corpo de delito será indispensável quando a infração deixar indícios, não podendo supri-lo a confissão do acusado.

Avena (2017, p. 160) explica que “é fundamental que determine a autoridade policial a realização do exame de corpo de delito sempre que a infração deixar vestígios – *homicídio, estupro, rompimento de obstáculo à subtração da coisa etc.*”.

O autor salienta, ainda, que nos delitos que deixam vestígios, conforme mencionado acima, o exame de corpo de delito é obrigatório. No entanto, quando o vestígio deixa de existir, exemplo, “o corpo da vítima foi queimado pelo criminoso (2014, p. 174)”, neste caso, poderá este ser substituído por prova testemunhal, conforme artigo 167, Código de Processo Penal.

Neste sentido, tem-se a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (grifos nossos):

**EMENTA:** APELACAO. ESTATUTO DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO DESCRITO NO ARTIGO 121, § 2º, INCISO IV, CUMULADO COM O ARTIGO 14, INCISO II, AMBOS DO CÓDIGO PENAL. 1. AUTO DE EXAME DE CORPO DE DELITO. PROVA TESTEMUNHAL QUE SUPRE A FALTA DO REFERDO EXAME, SEGUNDO O ART. 167 DO CPP. 2. PROVA DA RESPONSABILIDADE DO ADOLESCENTE NA TENTATIVA DE DUPLO HOMICÍDIO, DIANTE DO ACERVO PROBATÓRIO COLHIDO EM AMBAS AS FASES DA INSTRUÇÃO. 3. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO JUSTIFICADA NA VIOLÊNCIA COM QUE PERPERTADA A CONDUTA. PRECEDENTE DO STJ. APELAÇÃO DESPROVIDA (Apelação Cível Nº 70070485859, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luís Dall'Agnol. Julgado em 26/10/2016, publicado em 03/11/2016).

Salienta Bonfim (2016) que o ofendido ou seu representante legal, bem como o investigado, poderão requerer qualquer diligência, inclusive a realização de perícias. No entanto, sua realização fica a critério da autoridade, consoante artigo 14 do Código de Processo Penal. Podendo a autoridade policial negar a perícia solicitada pelas partes, quando não tiver relevância no esclarecimento da verdade.

No que diz respeito ao exame de corpo de delito, Bonfim (2016) dispõe que há exceção, tendo em vista que nestes casos o exame será obrigatório e independerá da solicitação das partes, consoante artigo 184, do Código de Processo Penal, o qual assevera que: “Salvo o caso de exame de corpo de delito, o juiz ou a autoridade policial negará a perícia requerida pelas partes, quando não for necessária ao esclarecimento da verdade”.

Ademais, o artigo 159, do Código de Processo Penal dispõe que: “exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior”, sendo assim, a regra geral é de que o exame de corpo de delito deve ser realizado por perito oficial.

No entanto, Avena (2017) ressalta que nos §§ 1º e 2º do artigo 159 do Código de Processo Penal, há possibilidade de o exame ser realizado por peritos leigos na medida em que esteja faltando perito oficial. Os peritos leigos são nomeados pelo Delegado de Polícia ou então pelo Juiz e devem possuir conhecimentos técnicos e devem possuir curso superior, de preferência na área de perícia. No caso da perícia ser realizada por peritos leigos, será de caráter obrigatório que a mesma deve ser feita por, no mínimo, dois peritos.

Outrossim, o § 3º do referido artigo 159 do Código de Processo Penal, diz que será faculdade do Ministério Público, do assistente de acusação, do ofendido, do querelante e do acusado formular os quesitos, bem como indicar o assistente técnico. Verificaremos a seguir sobre a importância e necessidade da identificação do indiciado e de sua vida pregressa.

### **3.2.5 Identificação do indiciado e averiguação da vida pregressa do investigado**

A identificação do indiciado está prevista na Constituição Federal de 1988, inciso LVIII do artigo 5º. *Ipsis litteris* (grifos nossos):

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] LVIII - o civilmente identificado não

será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei.

Cabe salientar que o artigo 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal de 1988, tornou inaplicável a Súmula nº 568 do Supremo Tribunal Federal que dispõe que: “A identificação criminal não constitui constrangimento ilegal, ainda que o indiciado já tenha sido identificado civilmente” (BONFIM, 2016).

“A identificação consiste em registrar determinados dados e sinais que caracterizam a pessoa do investigado, diferenciando-o dos demais indivíduos” (BONFIM, 2016, p. 191).

Desta maneira, cria-se a identidade do investigado, com o objetivo de demonstrar que a pessoa que compareceu perante a autoridade policial ou judicial é o mesmo ao qual foi atribuída a suspeita pela prática do crime (BONFIM, 2016).

Com a finalidade de identificar o acusado é que se colhem as impressões digitais. De acordo com o referido autor (2016, p.191):

As impressões digitais guardam características que as tornam de enorme valia para a diferenciação entre os indivíduos: i) são diferentes de indivíduo para indivíduo, sendo baixíssima (praticamente nula) a probabilidade de que sejam encontrados dois indivíduos com impressões digitais idênticas; ii) são perenes, permanecendo imutáveis durante toda a vida do indivíduo, salvo em casos de ferimentos graves ou mutilações; iii) são passíveis de classificação, por meio de um método relativamente simples de identificação de características recorrentes.

Assim, temos disposto no artigo 6º, inciso VIII, do Código de Processo Penal que a identificação do indiciado se dá por meio de processo datiloscópico. Contudo, Avena (2017) salienta que a Lei nº 12.037/2009, em seu artigo 5º, amplia o conceito de identificação criminal, de modo que esta introduz tanto a identificação datiloscópica, quanto a identificação fotográfica.

Avena (2017, p. 161) acrescenta, ainda, que o artigo 5º, da Lei nº 12.037/2009 foi alterado pela Lei nº 12.654/2012, estabelecendo que:

Se estiver fundamentada na imprescindibilidade para as investigações policiais, assim reconhecido por decisão judicial (art. 3º, IV, da Lei 12.037/2009), a identificação criminal pode incluir, também, a coleta de material biológico para a obtenção do perfil genético do indivíduo.

Desta maneira, percebe-se que a identificação do indiciado não se resume apenas à identificação datiloscópica, mas também à identificação fotográfica, bem como à coleta de material biológico para a obtenção do perfil genético do indivíduo.

Sendo impossível a identificação datiloscópica, ou seja, caso o suspeito esteja foragido, deverá a autoridade policial qualificar indiretamente o mesmo, através de informações colhidas dos parentes (BONFIM, 2016).

Ademais, o autor explica que: “é vedada a menção à identificação criminal do indiciado em atestados de antecedentes ou em qualquer informação não destinada ao juízo criminal, até que se dê o trânsito em julgado da sentença condenatória” (BONFIM, 2016, p. 193).

Ressalta Bonfim (2016, p. 193) que, caso a denúncia não seja oferecida ou haja a rejeição da denúncia ou ainda haja absolvição, o réu tem a faculdade de requerer “a retirada da identificação fotográfica do inquérito, ou dos autos do processo, desde que apresente provas de sua identificação civil”.

Ainda, conforme artigo 6º, inciso IX, do Código de Processo Penal:

IX - a vida pregressa do indiciado será averiguada sob o ponto de vista individual, familiar e social, sua condição econômica, sua atitude e estado de ânimo antes e depois do crime e durante ele, e quaisquer outros elementos que contribuïrem para a apreciação do seu temperamento e caráter.

De acordo com Bonfim (2016) e Badaró (2014), as informações acerca do caráter e comportamento do investigado são importantes para a condenação do suspeito, bem como para a dosimetria da pena, além de auxiliar na elucidação dos fatos referentes à investigação. A vida pregressa do investigado auxilia o juiz na fixação do *quantum* da pena nas circunstâncias judiciais, aproximando a pena do seu valor mínimo, ou quando negativas, do termo médio.

### **3.3 Técnicas modernas**

Quanto às técnicas modernas, a Lei nº 12.850/2013 que trata das Organizações Criminosas, traz meios de investigação, bem como meios de

obtenção de provas. O artigo 3º, da Lei nº 12.850/2013 traz um rol de meios de obtenção de provas:

Art. 3º. Em qualquer fase da persecução penal, serão permitidos, sem prejuízo de outros já previstos em lei, os seguintes meios de obtenção da prova:

I - colaboração premiada;

II - captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos;

III - ação controlada;

IV - acesso a registros de ligações telefônicas e telemáticas, a dados cadastrais constantes de bancos de dados públicos ou privados e a informações eleitorais ou comerciais;

V - interceptação de comunicações telefônicas e telemáticas, nos termos da legislação específica;

VI - afastamento dos sigilos financeiro, bancário e fiscal, nos termos da legislação específica;

VII - infiltração, por policiais, em atividade de investigação, na forma do art. 11;

VIII - cooperação entre instituições e órgãos federais, distritais, estaduais e municipais na busca de provas e informações de interesse da investigação ou da instrução criminal.

Estas diligências investigatórias serão apresentadas nos subcapítulos que seguem.

### **3.3.1 Colaboração premiada**

Esta modalidade de meio de obtenção de prova já estava prevista na Lei nº 8.072/90, porém, com a Lei nº 12.850/2013, é que trouxe um regramento específico acerca da colaboração premiada. Para o autor Lima (2015, p. 760), a colaboração premiada é uma “espécie de direito premial”, e que pode ser conceituada como:

[...] uma técnica especial de investigação por meio da qual o coautor e/ou partícipe da infração penal, além de confessar seu envolvimento no fato delituoso, fornece aos órgãos responsáveis pela persecução penal informações objetivamente eficazes para a consecução de um dos objetivos previstos em lei, recebendo, em contrapartida, determinado prêmio legal (LIMA, 2015, p. 760).

Nessa linha, o autor explica que, ao mesmo tempo em que o acusado confessa a prática delituosa, ele também fica compromissado em ser fonte de prova no que diz respeito aos fatos apurados e praticados pelos corréus, para fornecer elementos de prova e autoria à acusação. A ação da confissão e colaboração premiada confere ao acusado a diminuição da pena (artigo 65, I, “d”, e art. 68 do Código Penal).

Lima (2015) nos explica que a colaboração premiada não se confunde com a delação premiada, isso porque a delação é uma espécie da colaboração premiada. Nesse sentido, o autor Aras (apud LIMA, 2015, p. 761) explica os tipos de colaboração premiadas:

- a) **delação premiada (chamamento de corréu)**: além de confessar seu envolvimento na prática delituosa, o colaborador expõe as outras pessoas implicadas na infração penal, razão pela qual é denominado de agente revelador;
- b) **colaboração para libertação**: o colaborador indica o lugar onde está mantida a vítima sequestrada, facilitando sua libertação;
- c) **colaboração para localização e recuperação de ativos**: o colaborador fornece dados para a localização do produto ou proveito do delito e de bens eventualmente submetidos a esquemas de lavagens capitais;
- d) **colaboração preventiva**: o colaborador presta informações relevantes aos órgãos estatais responsáveis pela persecução penal de modo a evitar um crime, ou impedir a continuidade ou permanência de uma conduta ilícita.

Sendo assim, a colaboração premiada é uma técnica de investigação policial e dela decorrem diversos prêmios de acordo com Lima (2015). Dependendo da importância das informações prestadas pelo colaborador este poderá ser privilegiado com os prêmios que seguem: “a) diminuição da pena; b) fixação do regime inicial aberto ou semi-aberto; c) substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos; d) progressão de regimes; e) perdão judicial e consequente extinção da punibilidade; f) não oferecimento da denúncia” (LIMA, 2015, p. 778).

Neste sentido, tem-se o artigo 4º, da lei reguladora da Organização Criminosa, que, em seu *caput*, dispõe acerca dos prêmios que poderão ser de benefício do colaborador de acordo com a importância das informações, conforme dispostos nos incisos, como seguem abaixo:

- Art. 4º O juiz poderá, a requerimento das partes, conceder o perdão judicial, reduzir em até 2/3 (dois terços) a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal, desde que dessa colaboração advenha um ou mais dos seguintes resultados:
- I - a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas;
  - II - a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa;
  - III - a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa;
  - IV - a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa;
  - V - a localização de eventual vítima com a sua integridade física preservada.

Ainda, no artigo 5º da mesma lei, estão elencados os direitos do colaborador, sendo eles: a) utilizar as medidas de proteção, as quais possuem respaldo na legislação específica; b) ter a preservação de seus dados pessoais e de identificação; c) ser conduzido de forma separada dos outros coautores e partícipes; d) participar das audiências sem precisar ter contato com os outros acusados; e) ter preservada sua identidade e imagem perante os meios de comunicação, exceto se autorizado por escrito pelo colaborador; f) cumprir a pena separadamente dos demais corréus ou condenados.

Além disso, são partes legítimas para celebrar o acordo de colaboração premiada o Ministério Público e o Delegado de Polícia, sendo que este só poderá requer o acordo com a manifestação do Ministério Público nos autos do Inquérito Policial, enquanto que aquele poderá, a qualquer tempo, requerer a colaboração - artigo 4º, § 2º, da Lei nº 12.850/2013 (LIMA, 2015).

Consequente, em caso de o juiz não estar presente nas negociações de acordo de colaboração (artigo 4º, § 6º, da Lei nº 12.850/2013), Lima (2015) explica que depois de realizado o acordo, será remetido para o juiz para homologação do acordo nos termos do § 7º do referido artigo.

Portanto, no caso de o juiz entender que o acordo não preencheu os requisitos legais, tem este a faculdade de recusar a homologação ou poderá enquadrar adequá-lo ao caso concreto, de acordo com a artigo 4º, § 8º, da Lei nº 12.850/2013.

No próximo subcapítulo, iremos abordar a técnica de investigação por captação ambiental ou vigilância eletrônica.

### **3.3.2 Captação ambiental**

Primeiramente, a captação ambiental é um meio de obtenção de prova e está amparada pelo artigo 3º, inciso II, da Lei nº 12.850/2013, a qual dispõe acerca das Organizações Criminosas.

Cita Capobianco (2015) que a captação ambiental é realizada por meio de câmeras escondidas para a captação de fotos, vídeos e áudios e que não estão sujeitas as regras da Lei nº 9.296/1996, visto que não têm relação com a interceptação. Portanto, a captação ambiental não se confunde com a interceptação telefônica.

Neste sentido, Silva (2015, p. 109) conceitua a captação ambiental “também denominada de vigilância eletrônica, trata-se de um meio de obtenção da prova previsto em leis de diversos países que tem possibilitado uma atuação mais eficiente dos agentes estatais na apuração do crime organizado”.

O autor (2015, p. 110) explica que a captação ambiental necessita da autorização judicial para que agentes policiais e o Ministério Público possam instalar “aparelhos de gravação de som e imagem em ambientes fechados (residências, locais de trabalho, estabelecimentos prisionais, etc.) ou abertos (ruas, praças, jardins públicos etc.)”. Essa captação tem como objetivo gravar conversas dos indivíduos que estão sob investigação, bem como filmar as atividades que por eles estão sendo desenvolvidas.

A captação ambiental pode ser classificada de três maneiras, de acordo com Avena (2017), sendo elas: a) Interceptação ambiental em sentido estrito: ocorre quando há conversa de dois ou mais indivíduos, e um terceiro registra os sons ou imagens que dizem respeito ao comportamento daqueles; b) Escuta ambiental: nessa hipótese, há o consentimento de um dos interlocutores para que um terceiro possa fazer a captação e; c) Gravação ambiental: esta forma de captação ambiental consiste em capturar a conversa. Neste caso, é o próprio interlocutor que realiza a captação, porém, sem o consentimento do outro indivíduo.

Por fim, Grinover apud Masson e Marçal (2017, p. 228) cita “o provimento que autoriza a interceptação tem natureza cautelar, visando a assegurar as provas pela fixação dos fatos, assim como se apresentam no momento da conversa”. Acrescenta, ainda, que a captação só pode ser autorizada quando presentes todos os requisitos justificadores da medida cautelar.

Para os autores Masson e Marçal (2017), deve ser realizada a transcrição das gravações, ou seja, devem ser escritas. Porém, para a transcrição das gravações



não há necessidade de possuir conhecimentos técnicos para o feito, podendo, assim, as gravações serem transcritas pelos agentes que participaram da investigação.

### **3.3.3 Ação controlada e acesso restrito de ligações telefônicas e telemáticas**

Lima (2015, p. 790) expõe que ação controlada é o “retardamento da intervenção do aparato estatal, que deve ocorrer num momento mais oportuno sob o ponto de vista da investigação criminal”, sendo mais proveitoso, quanto à colheita das provas, não efetuar, em primeiro momento, a prisão de forma antecipada no que diz respeito aos integrantes que possuem pouca importância na organização criminosa.

O artigo 8º, da Lei das Organizações Criminosas, traz o conceito da ação controlada:

Art. 8º. Consiste a ação controlada em retardar a intervenção policial ou administrativa relativa à ação praticada por organização criminosa ou a ela vinculada, desde que mantida sob observação e acompanhamento para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz à formação de provas e obtenção de informações.

A Lei nº 12.850/13 não faz menção quanto à prévia autorização judicial para a realização da ação controlada. Nessa perspectiva, o autor expõe que, diferentemente das Leis de Drogas e de Lavagem de Capitais, a Lei das Organizações criminosas comparou-se à Lei nº 9.034/95 (revogada), visto que não faz alusão quanto à necessidade de solicitar a autorização do juiz para que seja iniciada a ação controlada, mesmo que se tratando de crimes praticados por organizações criminosas (LIMA, 2015).

No entanto, o autor expõe que:

[...] se de um lado o art. 8º, §1º, da Lei nº 12.850/2013, dispensa prévia autorização judicial para a execução da ação controlada, do outro, passa a exigir que o retardamento da intervenção policial ou administrativa, seja comunicado com antecedência ao juiz competente que, se for o caso, estabelecerá os seus limites e comunicará o Ministério Público (LIMA, 2015, p. 792).

Diante da eficácia da ação controlada, como meio de obtenção de prova para a confirmação da prática do tráfico de drogas no caso abaixo, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul - TJRS decidiu, conforme jurisprudência colacionada abaixo (grifos nossos):

**EMENTA:** APELAÇÃO CRIMINAL. "OPERAÇÃO AVALANCHE". TRÁFICO DE DROGAS. PROVA ROBUSTA.. MANUTENÇÃO DA CONDENAÇÃO. REDIMENSIONAMENTO DA PENA. 1. A materialidade e a autoria delitiva restaram comprovadas pelos registros de ocorrência, pelos autos de apreensão, pelos laudos periciais e pela prova colhida durante a instrução. 2. Os depoimentos prestados por policiais revestem-se de credibilidade e eficácia probatória, que restará comprometida apenas quando não encontra apoio nos demais elementos ou em face de má-fé devidamente constatada. Não é o caso dos autos. Ademais, os policiais foram convergentes quanto às circunstâncias da abordagem e à apreensão do material ilícito apreendido. **3. No caso em tela, a ação controlada e a infiltração policial permitiram confirmar a prática de tráfico de drogas pelos acusados, que foram filmados guardando e vendendo os entorpecentes aos policiais infiltrados, não havendo possibilidade de sustentar insuficiência probatória.** 4. Não foi acolhido o pedido de desclassificação da conduta do acusado M.E.G.M. para aquela prevista no artigo 28 da Lei de Drogas, porque as imagens evidenciam a prática do ato de mercância da droga pelo réu. Ainda, a condição de usuário de drogas não o impossibilita de praticar a conduta delitiva de tráfico de drogas. 5. As penas dos acusados foram redimensionadas, em respeito ao princípio da proporcionalidade sendo fixada em 06 (seis) anos de reclusão ao réu M.E.G.M., a ser cumprida em regime inicial fechado, e à acusada P.C.M.S., a pena foi fixada em 02 (dois) anos e 09 (nove) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicial aberto, que seguiu substituída por duas penas restritivas de direitos, nos termos da sentença. Penas de multa devidamente aplicadas seguiram mantidas. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (Apelação Crime Nº 70074899410, Terceira Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ingo Wolfgang Sarlet. Julgado em 13/12/2017)

Por fim, acrescenta o autor que a entrega vigiada é uma das técnicas mais tradicionais da ação controlada, que tem a finalidade de identificar o maior número de agentes envolvidos na organização criminosa, assim como a descoberta de fontes de prova. Lima (2015) classifica a entrega vigiada em: - *limpa ou com substituição* (a qual consiste em trocar as remessas ilícitas por outro simulacro, com o fim de afastar o extravio da mercadoria); e - *entrega vigiada suja ou com acompanhamento* (neste caso a encomenda não é substituída e segue até o destinatário final. Sendo assim a remessa ilícita é monitorada e segue até o destinatário sem a substituição do produto).

Alencar (2014, texto digital) cita que o sigilo telefônico se trata do segredo da preservação das conversas telefônicas, ou seja, aquelas que valem de tecnologia adotada pelo termo "telemática". Quanto ao sigilo de dados, este é o sigilo dos

registros de ligações e chamadas telefônicas, bem como o tempo de duração. Nesse sentido, o autor conceitua estes sigilos:

**1) Sigilo telefônico:** segredo inerente às comunicações telefônicas, cujo sujeito passivo do direito fundamental é a respectiva operadora telefônica ou, nas comunicações via Internet, o correspondente provedor. O sujeito ativo dessa garantia é o usuário que pode ver limitado esse direito fundamental. É submetido à cláusula de reserva de jurisdição, só podendo ser objeto de mitigação por ordem judicial e de acordo com o regramento da Lei 9.296/1996. A proteção é das comunicações, significando dizer que os dados armazenados em aparelhos telefônicos, bem como os registros de emails já armazenados nas caixas de entrada das contas correlatas não são tutelados pela garantia do art. 5.º, XII, parte final, da Constituição do Brasil.

**2) Sigilo de dados:** segredo referente aos registros de ligações telefônicas e aos dados cadastrais dos usuários. O sigilo de dados pode ser objeto de requisição de autoridades administrativas, desde que haja previsão específica, a exemplo do poder do Ministério Público e do delegado de polícia previsto no art. 15, da Lei 12.850/2013, para os casos de crime organizado, e no art. 17-B da Lei 9.613/1998 (redação da Lei 12.683/2012), para as hipóteses de lavagem de dinheiro. Como se depreende, a inviolabilidade do sigilo de dados é garantida também pelo art. 5.º, XII, da CF, mas a forma de afastamento de tal segredo no caso concreto é menos rígida que os casos de sigilo telefônico, tanto não se submetendo à cláusula de reserva qualificada de jurisdição, quanto não se impondo restrições, possibilitando a quebra de sigilo de dados para infrações penais em geral, seja ela apenada com reclusão, seja com detenção (ALENCAR, 2014, texto digital).

### 3.3.4 Interceptação telefônica

A interceptação telefônica está regulamentada em lei específica – Lei nº 9.296/1996. Lima (2015, p.724) explica que a interceptação telefônica consiste “na captação da comunicação telefônica alheia por um terceiro, sem o conhecimento de nenhum dos comunicadores”.

Quanto à natureza jurídica, o autor dispõe que são as “fontes de prova, pois é delas que se extrai a comprovação de uma infração penal ou do envolvimento de um agente com um crime” (LIMA, 2015, p. 726).

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso XII expõe que: “é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal”. Portanto, havendo autorização judicial, será lícita a interceptação.

O artigo 2º, da Lei nº 9.296/1996 dispõe três hipóteses em que não será admitida a interceptação, sendo elas: a) quando não houver indícios de autoria ou de envolvimento em infração penal; b) quando a prova puder ser realizada por outros meios e; c) quando o fato que motiva a investigação constituir no máximo, pena de detenção.

Desta forma, o autor Cambi (2004) acrescenta que os requisitos que autorizam a interceptação compreendem estes cinco itens: a) se for utilizada para a investigação criminal ou instrução processual; b) se tiver sido autorizada judicialmente; c) se houver indícios de autoria ou de participação no delito; d) quando a prova não puder ser feita por outros meios e; e) o fato pelo qual está sendo realizada a investigação deve ser punível com pena de reclusão – conforme o artigo 2º, da Lei nº 9.296/1996.

Ainda, de acordo com o artigo 3º, da Lei nº 9.296/1996, poderá ser determinada a interceptação pelo juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público ou da autoridade policial. No entanto, a autoridade policial só poderá requerer este meio de obtenção de prova durante a investigação policial. Quanto ao Ministério Público, este poderá requerer tanto na fase de investigação policial, quanto em fase de instrução processual penal.

De acordo com Avena (2017, p. 458), a interceptação telefônica se subdivide em:

- a) Interceptação telefônica *stricto sensu*: hipótese na qual um terceiro viola a conversa telefônica de duas ou mais pessoas, registrando ou não os diálogos mantidos, sem que nenhum dos interlocutores tenha conhecimento da presença do agente violador.
- b) Escuta telefônica: situação na qual um terceiro viola a conversa telefônica mantida entre duas ou mais pessoas, havendo a ciência de um ou alguns dos interlocutores de que os diálogos estão sendo captados.
- c) Gravação telefônica: aqui não há a figura de terceiro. Um dos interlocutores, simplesmente, registra a conversa que mantém com o outro. Não há, propriamente, uma violação de conversa telefônica, já que o registro está sendo feito por um dos indivíduos que mantém o diálogo.

Por fim, Avena (2017) explica que o juiz irá decidir acerca do pedido de interceptação no prazo de 24 horas. A interceptação telefônica pode durar cerca de 15 dias, que será sucessivamente renovada por período igual, de acordo com a necessidade e controle judicial prévio. O autor ressalta que este meio de obtenção

de prova, se realizado de forma ilegal, constitui crime, consoante artigo 10 da Lei nº 9.296/1996.

Verificaremos, ainda, no próximo subcapítulo, a respeito da investigação com base na quebra do sigilo bancário e financeiro, que é extremamente importante na apuração dos crimes de lavagem de dinheiro e no crime organizado.

### 3.3.5 Afastamento dos sigilos financeiro, bancário e fiscal

A Lei Complementar nº 105/2001 trata dos sigilos das operações das instituições financeiras. E, em seu artigo 1º, § 1º, dispõe um rol das instituições que são consideradas financeiras.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, é inviolável o sigilo bancário e fiscal, salvo por ordem judicial nos casos que a lei estabelecer e encontra respaldo no artigo 5º, incisos X e XII, da Constituição Federal de 1988. *Ipsis litteris*:

Art. 5º [...]

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XII - e inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

Neste sentido, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul decidiu que quando a quebra é devidamente fundamentada e autorizada não constitui prova ilícita. Conforme segue:

**EMENTA:** APELAÇÃO CRIME. FURTO MEDIANTE FRAUDE, VIA INTERNET BANKING. NULIDADE PARCIAL DA SENTENÇA. AUSÊNCIA DE DISPOSITIVO LEGAL DA ABSOLVIÇÃO PELA PRÁTICA DO DELITO PREVISTO NO ARTIGO 288 DO CÓDIGO PENAL. **QUEBRA DO SIGILO BANCÁRIO.** A quebra do sigilo bancário, quando devidamente fundamentada e autorizada, é prova lícita. **CONDENAÇÃO.** Mantida a condenação e a qualificadora prevista no artigo 155, § 2º, inciso II, do Código Penal (furto mediante fraude), posto que devidamente demonstrada a participação das rés no caso em exame e a fraude empregada em relação ao banco. **PENA. DOSIMETRIA. ATENUANTE BAIXA ESCOLARIDADE.** Inaplicável a atenuante da baixa escolaridade (art. 14, inc. I, da Lei nº 9.605/98) ao delito de furto, posto que sem previsão legal. **MULTA.** Reduzida a multa cominada no tipo penal para o mínimo legal, a fim de guardar relação de proporcionalidade com a pena de reclusão. **PENA SUBSTITUTIVA DE PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA.** Alterada para multa fixada no mínimo legal. **AJG.** Em se tratando de réu pobre, cabível conceder o benefício da AJG, suspendendo a exigibilidade do pagamento das custas processuais, nos termos do artigo 98, § 3º, da Lei nº 13.105/15.

DECLARADA A NULIDADE PARCIAL DA SENTENÇA. PRELIMINAR REJEITADA. RECURSOS DEFENSIVOS PARCIALMENTE PROVIDOS (Apelação Crime Nº 70071374649, Quinta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Genacéia da Silva Alberton. Julgado em 16/08/2017).

Para Avena (2017), no afastamento dos sigilos financeiro, bancário e fiscal não se discute a constitucionalidade dos mesmos, mas sim a violação dos sigilos.

Alencar (2014) define os sigilos como sendo: a) sigilo fiscal: que em resumo é a garantia constitucional de que a Fazenda Pública não pode autorizar que os dados de seus contribuintes sejam atribuídos a outros que não os próprios da administração pública; b) sigilo bancário: que é uma garantia individual, a qual os bancos e seus funcionários não podem destinar informações bancárias de um indivíduo para fins que não são pertinentes a atividade bancária. Esta garantia de sigilo compreende movimentações de conta corrente e poupança; c) sigilo financeiro: trata-se de uma garantia constitucional, que tem a finalidade de proteger dados patrimoniais, os quais estão em poder de instituições financeiras, conforme artigo 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 105/2001.

Ainda, o referido autor (2014, texto digital) cita as hipóteses do afastamento dos sigilos financeiro, bancário e fiscal, conforme dispõe a Lei Complementar nº 105/2001, no § 4º do seu artigo 1º, em rol meramente exemplificativo:

a) de terrorismo; b) de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins; c) de contrabando ou tráfico de armas, munições ou material destinado a sua produção; d) de extorsão mediante sequestro; e) contra o sistema financeiro nacional; f) contra a Administração Pública; g) contra a ordem tributária e a previdência social; h) lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores; e i) praticado por organização criminosa.

No próximo subcapítulo, iremos abordar a técnica de investigação policial baseada na infiltração de agentes policiais na organização criminosa.

### **3.3.6 Infiltração de agentes policiais**

Por fim, temos como meio de obtenção de provas, a infiltração de agentes policiais que, para os autores Bonfim (2016) e Lima (2015), é uma técnica policial e consiste em introduzir o agente, o qual irá esconder sua verdadeira identidade, agindo como se um dos integrantes fosse, tornando-se parte de uma organização

criminosa, de forma ficta. O ingresso do agente objetiva obter informações, fontes, dados e provas, elementos estes capazes de desfazer a organização criminosa.

De acordo com Mendroni (2015, p. 82), a respeito da requisição da medida de infiltração:

A medida de infiltração de agentes pode ser requerida pelo Delegado de Polícia, através de representação, se no curso de inquérito policial, caso em que sempre deverá ser ouvido o Ministério Público; ou pelo próprio Ministério Público, tanto no curso do inquérito policial como durante o processo criminal. Se o Ministério Público requerer a infiltração de agente(s) durante o curso de inquérito policial, o Delegado de Polícia deverá ser ouvido em manifestação técnica, por tanto fundamentada, por escrito.

Neste sentido, tem-se a previsão legal no artigo 10 da Lei nº 12.850/2013. O qual dispõe que:

Art. 10 A infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação, representada pelo delegado de polícia ou requerida pelo Ministério Público, após manifestação técnica do delegado de polícia quando solicitada no curso de inquérito policial, será precedida de circunstanciada, motivada e sigilosa autorização judicial, que estabelecerá seus limites.

Para Mendroni (2015), tanto a polícia, quanto o Ministério Público realizam importantes papéis na infiltração. Sendo que a polícia fica com a função de analisar as condições da medida, bem como a viabilidade da operação e, ainda, quanto à segurança do agente. O órgão Ministerial fica com a função de decidir acerca da prova de suma importância ou elementos probatórios necessários à investigação.

Ressalta o autor que deve haver o prévio controle do Ministério Público, bem como do Poder Judiciário, caso contrário não será possível realizar a infiltração. Até, porque, o aviso prévio da infiltração de agente é a garantia de que a origem da medida seja confiável à iniciativa da medida processual (MENDRONI, 2015).

A infiltração policial terá o prazo de 06 (seis) meses. No entanto, desde que comprovado a necessidade de prazo maior, este será prorrogado sem qualquer prejuízo (BONFIM, 2016).

Nessa lógica, tem-se a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que decidiu:

**EMENTA:** HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES. JOGO DO BICHO. INFILTRAÇÃO POLICIAL. REQUISITOS. LEI Nº 12.850/2013. AUSÊNCIA

DE HIPÓTESE DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA. A Lei nº 12.850/2013, que define organização criminosa e, dentre outras coisas, dispõe sobre a investigação criminal e os meios de obtenção da prova, introduziu a previsão legal de infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação, que pode ser realizada virtualmente. Quanto ao prazo do seu deferimento, da análise dos requisitos legais e limites impostos ao instituto de infiltração pela lei das organizações criminosas, retira-se que a medida por ser "autorizada pelo prazo de até 6 (seis) meses, sem prejuízo de eventuais renovações, desde que comprovada sua necessidade", consoante disposto no art. 10, §3º, do referido Diploma Legal. Não existindo constrangimento ilegal a ser reparado por esta ação constitucional, a solução deve ser de denegação da ordem. Ordem denegada (Habeas Corpus Nº 70075958322, Oitava Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Dálvio Leite Dias Teixeira. Julgado em 31/01/2018, publicado em: 08/02/2018).

A Lei das Organizações Criminosas traz no artigo 14 os direitos do agente infiltrado:

Art. 14. São direitos do agente: I - recusar ou fazer cessar a atuação infiltrada; II - ter sua identidade alterada, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 9º da Lei no 9.807, de 13 de julho de 1999, bem como usufruir das medidas de proteção a testemunhas; III - ter seu nome, sua qualificação, sua imagem, sua voz e demais informações pessoais preservadas durante a investigação e o processo criminal, salvo se houver decisão judicial em contrário; IV - não ter sua identidade revelada, nem ser fotografado ou filmado pelos meios de comunicação, sem sua prévia autorização por escrito.

Enfim, cabe ressaltar que caso o agente infiltrado estiver correndo risco quanto a sua integridade física e risco da própria vida, a operação será suspensa de acordo com o que dispõe o art. 12, § 3º, da referida lei.

Neste sentido, Lima (2015) explica que se o início da operação de infiltração depender da anuência do agente policial e de anterior autorização policial, a suspensão da operação deve ocorrer desde logo, antes que haja requisição do Ministério Público ou do Delegado de Polícia.

No próximo capítulo, iremos abordar questões relativas às técnicas investigativas e o homicídio doloso na Comarca de Lajeado, através de estudo de caso na Delegacia de Polícia de Lajeado/RS.



## **4 AS TÉCNICAS INVESTIGATIVAS E O HOMICÍDIO DOLOSO NA COMARCA DE LAJEADO: ESTUDO DE CASO NA DELEGACIA DE POLÍCIA DE LAJEADO/RS**

O presente capítulo terá como objetivo verificar, a partir de pesquisa quali-quantitativa, dados referentes aos boletins de ocorrências registrados, bem como os Procedimentos de Adolescente Infrator (PAI) e Inquéritos Policiais (IP) instaurados, para apurar os crimes de homicídios dolosos, na circunscrição da Delegacia de Policia de Lajeado/RS, revelando as técnicas investigativas mais utilizadas para apurar a autoria e a materialidade nos crimes de homicídio doloso no ano de 2016.

Os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa estão descritos na seção a seguir.

### **4.1 Coleta e análise de dados**

A pesquisa desenvolvida foi a quali-quantitativa, sendo que o primeiro e o segundo capítulo referiram-se à qualidade como uma “propriedade de ideias, coisas e pessoas que permitem ser diferenciadas entre si de acordo com suas naturezas” (MEZZAROBÀ; MONTEIRO, 2014, p. 138). Já no terceiro capítulo foi utilizado o conceito de quantidade, que vem a ser tudo aquilo que pode ser mensurado, inclusive os dados coletados.

Desta forma, a pesquisa qualitativa teve como finalidade apresentar a interpretação que cada pessoa pode dar sobre o mesmo tema, enquanto a pesquisa

quantitativa baseou-se no levantamento de dados numéricos, teorias fundamentadas pelos autores.

Ambas as pesquisas permitem que o pesquisador utilize dos dados quantitativos e qualitativos, obtendo mais conhecimentos para finalizar o estudo. Motivo pelo qual se optou pela pesquisa quali-quantitativa.

Sendo assim, a coleta de dados do presente estudo ocorreu através de pesquisa realizada na Delegacia de Polícia de Lajeado/RS, referente aos boletins de ocorrências registrados, com base nos Procedimentos de Adolescente Infrator (PAI) e Inquéritos Policiais (IP) instaurados para apurar os crimes de homicídio doloso, na circunscrição da Delegacia de Polícia de Lajeado/RS.

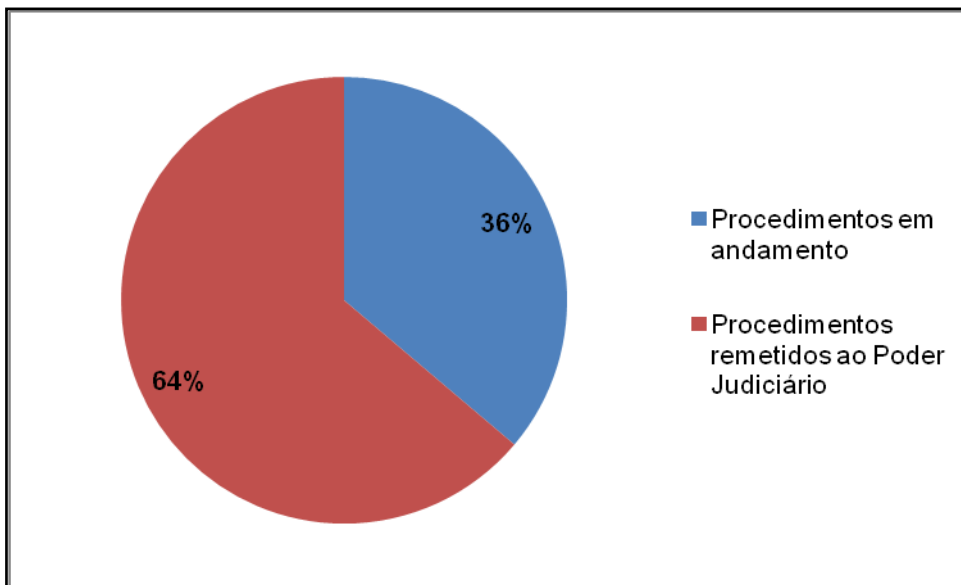
Após a coleta dos dados, estes foram analisados, com o fim de possibilitar a verificação das técnicas investigativas mais utilizadas para apurar a autoria e a materialidade nos crimes de homicídio doloso ocorridas na circunscrição da Delegacia de Polícia de Lajeado/RS, no ano de 2016.

Cabe salientar que a circunscrição da Delegacia de Polícia de Lajeado/RS integra, além do município sede, os municípios de Canudos do Vale, Forquethina, Marques de Souza, Santa Clara do Sul e Sério. Portanto, o estudo irá verificar os homicídios dolosos ocorridos na circunscrição da Delegacia de Polícia de Lajeado/RS.

O levantamento de dados foi composto por anotações e estatísticas apenas das ocorrências de homicídio doloso, tomando-se por base: o número de homicídios tentados e consumados; quantos viraram Procedimento de Adolescente Infrator (PAI), quantos viraram Inquérito Policial (IP); quantos destes estão em andamento e quantos foram remetidos ao Poder Judiciário; quantos destes foram remetidos com e sem autoria; e, por fim, quais foram as técnicas de investigação mais utilizadas para elucidar estes crimes.

A seguir, observar-se-á a exposição de alguns gráficos, os quais apresentam os dados coletados na pesquisa realizada com base no total de 47 boletins de ocorrências junto à Delegacia de Polícia de Lajeado/RS.

Gráfico 1 – Quantidade de procedimentos que estão em andamento ou foram remetidos ao Poder Judiciário



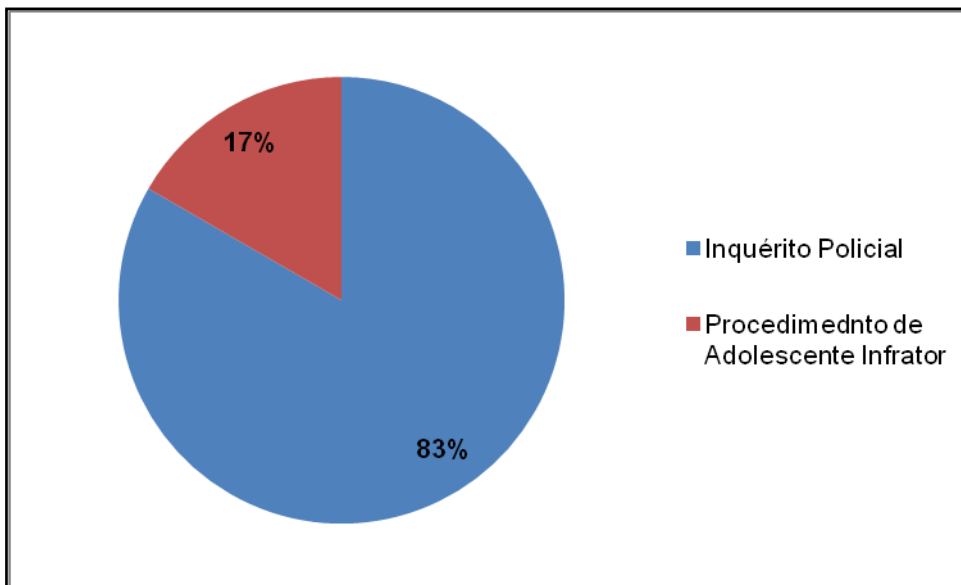
Fonte: Da autora, com base na pesquisa aplicada.

Diante do exposto no Gráfico 1 verifica-se que do total de 100% dos procedimentos policiais (47), apenas 36% dos procedimentos (17) estavam em andamento na Delegacia de Polícia, enquanto que 64% dos procedimentos (30) já haviam sido remetidos ao Poder Judiciário.

Ainda, conforme já mencionado no trabalho, quanto à conclusão do procedimento policial, de acordo com Lopes Jr. (2010), o procedimento policial será finalizado mediante um relatório minucioso e, por meio deste, o Delegado de Polícia, de forma objetiva e impessoal, irá expor o que foi investigado e, posteriormente, será remetido ao foro para ser distribuído.

Cabe ressaltar que, via de regra, na esfera estadual, o prazo para o encerramento do procedimento é de 30 dias. Entretanto, de acordo com Nucci (2008), é impossível cumprir o prazo de 30 dias em virtude de acúmulo de serviço. Desta forma, a autoridade policial poderá solicitar a dilatação do prazo ao juiz, com a manifestação do órgão Ministerial.

Gráfico 2 – Quantidade dos procedimentos remetidos que são Inquérito Policial e que são Procedimento de Adolescente Infrator



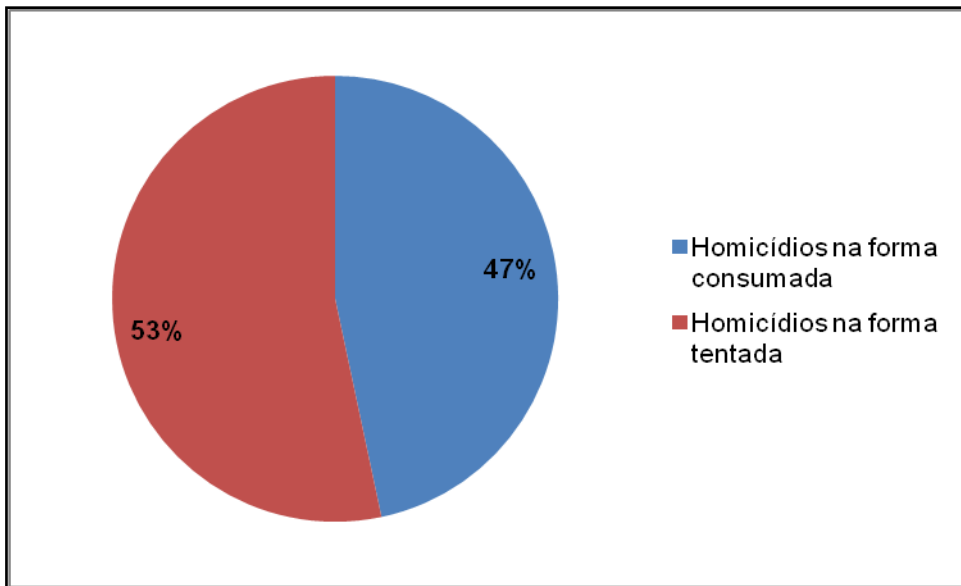
Fonte: Da autora, com base na pesquisa aplicada.

No gráfico 2 é possível verificar que do total de 30 procedimentos remetidos ao Poder Judiciário, 83% destes são Inquéritos Policiais (25), enquanto que os demais 17% corresponde aos Procedimentos de Adolescente Infrator (05).

Neste contexto, Tourinho Filho (2013, p. 228) conceitua “o Inquérito Policial consiste em todas as diligências necessárias para o descobrimento dos fatos criminosos, de suas circunstâncias e de seus autores e cúmplices, devendo ser reduzido a instrumento escrito”.

No que diz respeito ao Procedimento de Adolescente Infrator (PAI), este é um procedimento para apurar ato infracional de adolescente, conforme previsto na Seção V, do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Gráfico 3 – Quantidade de homicídios consumados e tentados



Fonte: Da autora, com base na pesquisa aplicada.

Diante do gráfico 3 podemos verificar que 53% dos procedimentos de homicídios ocorreram na forma tentada (16), ou seja, pouco mais que a metade, sendo que 47% dos homicídios se deram na forma consumada (14).

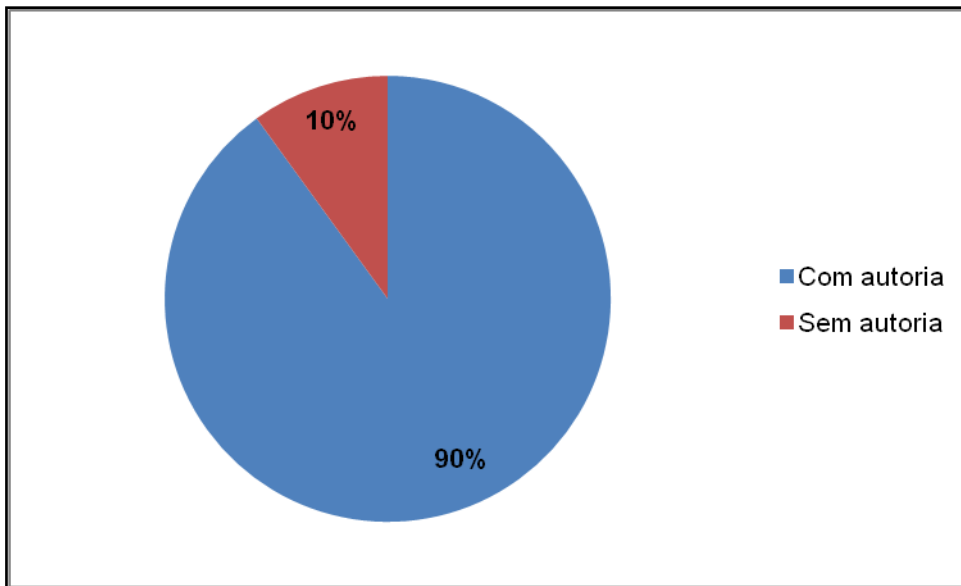
De acordo com Capez (2014, p. 35), “a consumação do delito nada mais é que a última fase das várias pelas quais passa o crime” e no caso do crime de homicídio “a consumação se dá com a produção do resultado naturalístico morte”.

Conforme artigo 14, inciso I, do Código Penal “Diz-se o crime: [...] I - consumado, quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal”.

Ainda, o autor explica que o crime é considerado tentado quando: “iniciada a sua execução, não se verifica o resultado naturalístico por circunstâncias alheias à vontade do agente” (2014, p. 35).

Consoante artigo 14, inciso II, do Código Penal “Diz-se o crime: [...] II - tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente”.

Gráfico 4 – Quantidade de procedimentos remetidos com e sem autoria



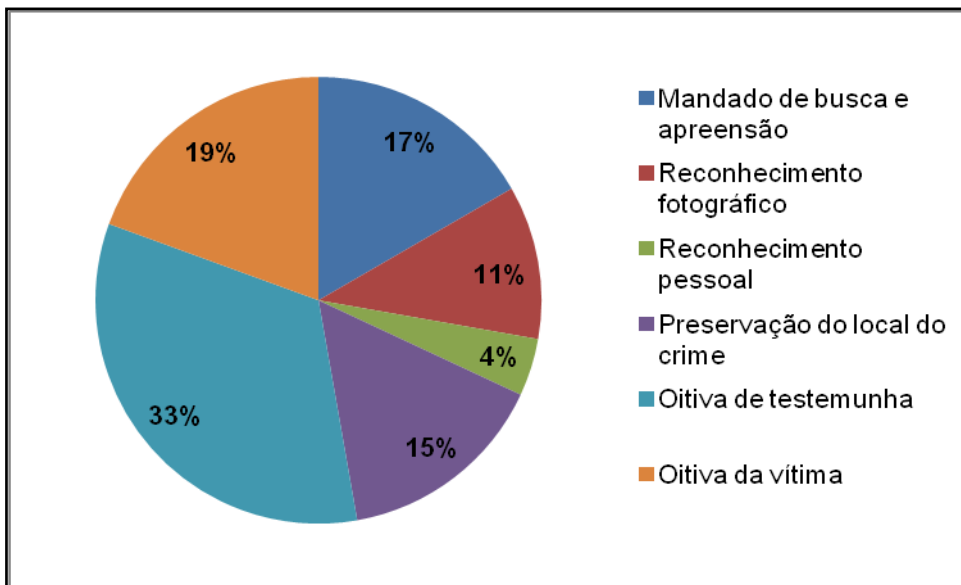
Fonte: Da autora, com base na pesquisa aplicada.

Dos procedimentos remetidos ao Poder Judiciário, 90% deles tiveram a autoria determinada (27) e apenas 10% foram remetidos sem que a autoria fosse constatada (03).

De acordo com Queiroz et al. (2007, p. 72), com relação à autoria “[...] com a sua classificação e seu consequente indiciamento em Inquérito Policial, entendendo-se que haja correspondentes provas subjetivas e materiais reforçando a autoria do crime”.

Entretanto, quanto aos procedimentos sem autoria, Queiroz et al. (2007, p. 71) explica: “O homicídio doloso de autoria desconhecida é o crime que mais trabalho exige das equipes de investigação, tanto pela sua relevância quanto pela sua complexidade”.

Gráfico 5 - Técnicas investigativas mais utilizadas para apurar autoria e materialidade nos crimes de homicídio dolosos no ano de 2016



Fonte: Da autora, com base na pesquisa aplicada.

Conforme exposto no gráfico acima, a oitiva de testemunha (33%), a oitiva da vítima (19%), bem como o Mandado de Busca e Apreensão – MBA (17%) foram as técnicas investigativas mais utilizadas para apurar a autoria e materialidade nos crimes de homicídio dolosos no ano de 2016, sendo que em quase 70% dos procedimentos investigativos esta técnica foi utilizada.

De acordo com Bonfim (2016, p. 472), “testemunha é a pessoa diversa dos sujeitos processuais chamada a juízo para narrar fatos dos quais tenha tomado conhecimento, que se apresentem relevantes para a causa”.

Para Rangel (2016), a prova testemunhal é feita pessoalmente e de forma oral, bem como em alguns casos, por escrito, conforme previsão do artigo 221, § 1º do Código de Processo Penal. Acrescenta, ainda, que provas testemunhais são produzidas não só pela testemunha, mas também pelo ofendido e a pela confissão do acusado.

Nos crimes de homicídio doloso tentado, houve a oitiva da vítima e esta, em 19% dos casos, colaborou na apuração da autoria do crime. Isso porque, a vítima é normalmente, a última a ver o autor do crime.

O Mandado de Busca e Apreensão tem respaldo na Constituição Federal de 1988, artigo 5º, inciso XI: “a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial”, bem como no artigo 244 do Código de Processo Penal, ou seja, o Mandado de Busca e Apreensão deve ser autorizado judicialmente, por meio de expedição de mandado.

Para Bonfim (2016) e Lima (2015) a busca é também meio de obtenção de prova e a conceituam como ação de procurar e achar indivíduo ou objeto.

No caso de busca domiciliar, a autoridade, tanto policial, quanto judiciária, devem declarar o objeto e a qualidade da diligência, conforme disposto no artigo 245, §1º, do Código de Processo Penal (LIMA, 2015).

O reconhecimento fotográfico totalizou 11% dos casos que tal técnica foi utilizada nas investigações policiais. Consoante o artigo 6º, inciso VI do Código de Processo Penal, preceder-se-á o reconhecimento de pessoas, coisas e acareações logo que a autoridade policial tomar conhecimento do fato delituoso.

De acordo com Bonfim (2016), o reconhecimento fotográfico é também admitido como meio de investigação, em atenção ao artigo 155, parágrafo único, do Código de Processo Penal. Pois se trata de uma medida de caráter subsidiário, momento em que não for possível o reconhecimento policial do suspeito.

O gráfico aponta, ainda, que a técnica do reconhecimento pessoal foi utilizada em 4% dos casos nas investigações policiais. Neste sentido, segundo Bonfim (2016, p. 187), o reconhecimento é definido como “o ato por meio do qual alguém atribui uma identidade a determinada pessoa ou coisa”.

Para Avena (2017, p. 164), o reconhecimento pessoal consiste no meio de prova “no qual o ofendido ou testemunhas apontam, se possível entre outras pessoas com características semelhantes, aquela que sabem estar envolvida em determinada prática delitiva”.

Por fim, o gráfico destaca que a preservação do local do crime contabilizou somente 15% dos casos que tal técnica foi utilizada nas investigações policiais. Com

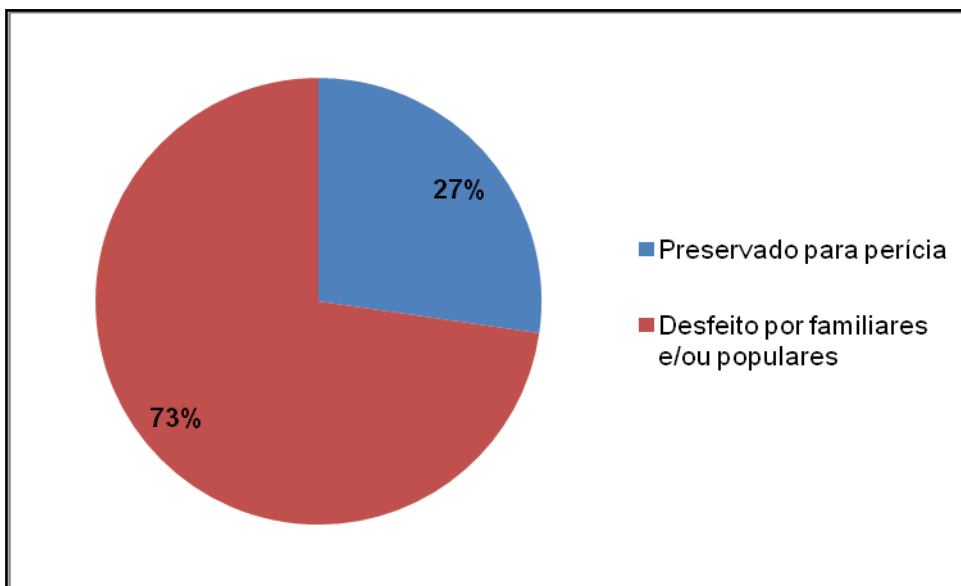


relação à preservação do local do crime, Tourinho Filho (2013) explica que o exame realizado no local do crime é de suma importância para que possa ser elucidada a infração bem como, a descoberta da autoria.

Lima (2015) acrescenta que preservar o local do crime tem como objetivo manter inalterados os sinais deixados pelo autor da infração penal, para que não reste prejudicado o trabalho realizado pelos peritos criminais. Salienta também, que é um dos requisitos essenciais para que os peritos possam realizar a perícia de forma adequada é que o local do crime esteja isolado para que não se perca nenhum elemento de prova significativo deixado na cena do crime pelos autores.

Verifica-se, pois, que na grande maioria dos casos o local não foi preservado para possível perícia do Instituto Geral de Perícias, tendo em vista que, na maioria dos casos, os policiais chegam ao local do crime e o local já foi desfeito por familiares ou populares, desta forma, prejudicando a coleta de provas. Conforme podemos observar no Gráfico 6:

Gráfico 6 – Preservação do local do crime



Fonte: Da autora, com base na pesquisa aplicada.

O gráfico acima demonstra que do total de 11 casos em que a polícia aparece no local para fazer a preservação do local de crime, a maioria deles – 73% (08 casos) – já se encontra desfeito, impossibilitando a possível coleta de provas acerca da autoria do crime, tendo em vista que a cena do crime já foi contaminada.

Somente em 27% dos casos (03) houve a preservação da cena do crime para os atos periciais.

Diante das constatações do Gráfico 6, conclui-se que a oitiva de testemunhas (33%) ainda é a técnica mais utilizada na apuração da autoria dos crimes de homicídio doloso, tanto na forma tentada quanto consumada.

## 4.2 Classificação de homicídio

No entendimento de Capez (2010, p. 22), o “homicídio é a morte de um homem provocada por outro homem. É a eliminação da vida de uma pessoa praticada por outra”.

O homicídio pode ser classificado como homicídio simples, homicídio qualificado e homicídio culposo. Está previsto no capítulo Dos crimes contra a vida, no Código Penal, no art. 121, *caput*, §§ 2º e 3º.

### **Homicídio simples**

Art. 121. Matar alguém:

Pena - reclusão, de seis a vinte anos.

### **Homicídio qualificado**

§ 2º Se o homicídio é cometido:

I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe;

II - por motivo fútil;

III - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;

V - para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime:

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

### **Feminicídio** (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015)

VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino: (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015)

VII - contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição: (Incluído pela Lei nº 13.142, de 2015)

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

### **Homicídio culposo**

§ 3º Se o homicídio é culposo:

Pena - detenção, de um a três anos.

De acordo com Prado (2008, p. 67), no homicídio simples, “o núcleo do tipo é representado pelo verbo *matar*. A conduta incriminada consiste em matar alguém – que não o próprio agente – por qualquer meio”.

Outrossim, quanto ao homicídio qualificado, há presença de dolo, ou seja, a intenção de matar, o sujeito quer a morte como resultado final. Prado (2008, p. 71) entende que é considerado “qualificado o homicídio se impulsionado por certos motivos, se praticado com o recurso a determinados meios que denotem crueldade, insídia ou perigo comum ou de forma a dificultar ou tornar impossível a defesa da vítima”.

De acordo com Prado e Sanematsu (2017, p. 12):

No Brasil, o crime de feminicídio foi definido legalmente desde que a Lei nº 13.104 entrou em vigor, em 2015, e alterou o artigo 121 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940) para incluir o tipo penal como circunstância qualificadora do crime de homicídio. A Lei foi criada a partir de uma recomendação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher (CPMI-VCM), que investigou a violência contra as mulheres nos Estados brasileiros entre março de 2012 e julho de 2013 (Senado Federal, 2013).

Neste sentido, ainda acrescentam que o feminicídio é uma forma especial de homicídio, e conforme dispõe o Código Penal é “o assassinato de uma mulher cometido por razões da condição de sexo feminino”, explicam Prado e Sanematsu que as razões da condição de sexo feminino é quando o crime envolve: “violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher”. A pena prevista para o homicídio qualificado é de reclusão de 12 a 30 anos (PRADO; SANEMATSU, 2017, p. 12).

Ademais, o homicídio culposo está caracterizado pela culpa, o sujeito não tem a intenção de matar. Neste sentido, conforme explica Prado (2008, p. 76): “a ação não corresponde à diligência devida. Há a infração de dever objetivo de cuidado exigível na vida de relação e, como decorrência da inobservância do cuidado devido, produz-se um resultado material externo não querido pelo autor”.

Assim, a intenção do autor neste caso não era provocar a morte de outrem. E, por falta de cuidado, acaba obtendo o resultado *morte*.

### **4.3 A importância das técnicas investigativas na elucidação dos homicídios dolosos**

Cabe ressaltar que, de acordo com Lima (2015), o Inquérito Policial consiste em colocar em prática as técnicas investigativas e diligências, tendo como objetivo identificar fontes de provas, bem como a coleta de informações para apurar a autoria e a materialidade nos crimes.

As técnicas investigativas são em resumo as diligências que serão tomadas ao longo do procedimento policial, assim como os meios que serão utilizados para investigar se há um crime, determinar a autoria e, por fim, colher as provas para comprovar o delito. Dentre as técnicas de investigação temos as Técnicas Clássicas, previstas no artigo 6º do Código de Processo Penal e as Técnicas Modernas, previstas no artigo 3º da Lei nº 12.850/2013 – Lei da Organização Criminosa.

Conforme observamos nos gráficos (item 4.1), as técnicas investigativas são de suma importância na elucidação dos homicídios dolosos, diante da análise de cada procedimento que teve como objetivo revelar a técnica investigativa mais utilizada para apurar a autoria e materialidade nos crimes de homicídio doloso.

No ano de 2016 houve a instauração de 47 procedimentos de homicídio doloso na circunscrição da Delegacia de Polícia de Lajeado/RS, sendo que foram remetidos 30 procedimentos ao Poder Judiciário, de maneira que 90% deles foram elucidados com autoria.

Conforme exposto no Gráfico 6, diversas foram as técnicas utilizadas para se chegar à autoria e à materialidade do crime. No entanto, algumas foram mais utilizadas que outras.

De forma que, as técnicas mais utilizadas nos procedimentos objetos de estudo foram: oitiva de testemunha (33%), oitiva da vítima (19%), mandado de busca e apreensão (17%), preservação do local de crime (15%), reconhecimento fotográfico (11%) e reconhecimento pessoal (04%).

Dentre elas, conforme a ordem anteriormente exposta, a oitiva de testemunha, a oitiva da vítima, bem como o Mandado de Busca e Apreensão – MBA

foram as técnicas mais utilizadas para apurar a autoria e materialidade nos crimes de homicídio dolosos no ano de 2016, alcançando quase 70% dos casos.

O Mandado de Busca e Apreensão – MBA é a técnica utilizada como meio de obtenção de prova, e conforme pesquisa no presente trabalho, teve como objetivo achar objetos utilizados para cometer o delito ou alguma coisa que demonstrasse participação no crime. Para Bonfim (2016) e Lima (2015) a busca é também meio de obtenção de prova e a conceituam como ação de procurar e achar indivíduo ou objeto.

A oitiva da testemunha também se mostrou muito relevante para a apuração da autoria do delito. Isso porque, conforme Bonfim (2016), a testemunha narra fatos que tomou conhecimento e que são importantes para a causa.

Nos crimes de homicídio doloso tentado, houve a oitiva da vítima e esta, em 19% dos casos, pôde colaborar na apuração da autoria do crime, sobretudo porque a vítima é, normalmente, a última a ver o autor do delito.

Cabe ressaltar que, quanto à técnica da preservação do local do crime, esta se mostrou um tanto falha, tendo em vista que, na grande maioria dos casos (73%) em que a autoridade policial se desloca até o local para fazer a preservação do local de crime, o mesmo já se encontra desfeito, tanto por familiares, quanto por populares da localidade, impossibilitando, assim, a possível coleta de provas acerca da autoria do crime.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O aumento no número de homicídios dolosos vem sendo resultado dos diversos problemas sociais. O homicídio doloso é um crime contra a vida, e está previsto no artigo 121, § 2º do Código Penal. Quem o praticou teve a intenção de causar ou assumiu o risco de matar, estando presente, assim, o dolo.

O presente trabalho versou sobre as técnicas investigativas como meio de elucidação dos homicídios dolosos na circunscrição da Delegacia de Polícia de Lajeado/RS, no ano de 2016, e por isso preocupou-se em trazer em seu primeiro capítulo noções sobre o Inquérito Policial, pois este consiste em colocar em prática todas as técnicas de investigação e diligências necessárias para que seja possível elucidar os fatos delituosos.

Neste sentido, as técnicas investigativas são pertinentes para a efetiva evolução da investigação, no que tange à fase policial. Levando-se em conta a importância da coleta de provas para a resolução de crimes relativos aos homicídios dolosos, é relevante seguir os procedimentos e técnicas apropriadas, tendo em vista a busca de resolução de casos de crime contra a vida, principalmente os dolosos.

No segundo capítulo foram descritas considerações sobre os aspectos fundamentais das técnicas investigativas, relatando os meios de obtenção de prova, as técnicas clássicas, bem como as técnicas modernas. Isso, pois, as técnicas são de suma importância para apurar a autoria e materialidade nos homicídios dolosos.

Em continuidade, as técnicas investigativas são diligências que serão tomadas ao longo do procedimento policial, bem como os meios que serão utilizados

para investigar se há um crime, determinar a autoria e, por fim, colher as provas para comprovar o delito. Dentre as técnicas de investigação temos as Técnicas Clássicas, previstas no artigo 6º do Código de Processo Penal e as Técnicas Modernas, previstas no artigo 3º da Lei nº 12.850/2013 – Lei da Organização Criminosa.

No terceiro capítulo foi realizada uma análise dos dados compilados na Delegacia de Polícia de Lajeado, com a intenção de verificar, a partir de levantamento de dados, a utilização de técnicas investigativas, examinando a quantidade de inquéritos policiais que foram elucidados, bem como as técnicas investigativas mais utilizadas para apurar a autoria e a materialidade nos crimes de homicídio doloso no ano de 2016, classificando-se também os tipos de homicídio que ocorreram naquele ano na circunscrição de Lajeado.

A pesquisa teve os seguintes resultados: dos 47 procedimentos instaurados no ano de 2016, 30 foram remetidos ao Poder Judiciário (64%) e 17 ainda estavam em andamento (36%). Com referência aos procedimentos remetidos ao Poder Judiciário: 83% corresponderam a Inquéritos Policiais e 17% a Procedimentos de Adolescente Infrator.

No que diz respeito à quantidade de homicídios tentados e consumados: 47% dos homicídios foram consumados e 53% dos homicídios foram tentados. Dos procedimentos remetidos, 90% deles têm autoria (27) e apenas 10% foram remetidos sem autoria (03). Quanto às técnicas investigativas mais utilizadas para apurar a autoria e a materialidade nos crimes de homicídio dolosos no ano de 2016: 33% foram através da oitiva de testemunhas, 19% foram por meio da oitiva da vítima, 17% correspondem a Mandado de Busca e Apreensão, em 15% houve a preservação do local do crime, em 11% houve o reconhecimento fotográfico e em 04% houve o reconhecimento pessoal.

Verificou-se que a respeito da técnica da preservação do local de crime, correspondente a 15% das técnicas mais utilizadas, apenas em 27% dos casos houve a preservação do local de crime para posterior perícia do Instituto Geral de Perícias – IGP, isso porque em 73% dos casos, logo que a autoridade policial comparece ao local, o mesmo já havia sido desfeito por familiares da vítima e também por populares da localidade.

À frente da análise do problema proposto para essa pesquisa realizada, qual seja, – De que forma as técnicas investigativas auxiliam na elucidação dos homicídios dolosos, tomando-se por base estudo de caso de homicídios ocorridos na Comarca de Lajeado-RS, no ano de 2016? – podemos concluir que o estudo corroborou a pergunta inicialmente elaborada.

Assim, as hipóteses formuladas na introdução resultaram comprovadas, uma vez que se chegou à autoria do crime através das técnicas investigativas, as quais se mostraram essenciais para o Inquérito Policial, tendo em vista que esses procedimentos necessitam de provas para que seja possível comprovar a existência do crime e, assim, solucionar a autoria do crime.

Nesse sentido, conforme se apresentou no Gráfico 4, 90% dos procedimentos foram remetidos com autoria. Sendo assim, entendeu-se que o percentual de casos resolvidos na Delegacia de Polícia da Comarca de Lajeado, em comparação aos não solucionados, mostrou a importância das técnicas de investigação como meio de elucidar os homicídios dolosos ocorridos em sua circunscrição no ano de 2016.

Sendo assim, o estudo de caso realizado proporcionou a análise da importância das técnicas investigativas como meio de elucidação dos homicídios dolosos na Comarca de Lajeado – RS, no ano de 2016.



## REFERÊNCIAS

AVENA, Norberto Pâncaro. **Processo Penal**, 9 ed. Rio de Janeiro: Método. 2017.

ALENCAR, Rosmar Antonni Rodrigues Cavalcanti de. Estrutura normativa dos meios para obtenção de elementos de informação e os limites à investigação do crime organizado. **Revista dos Tribunais**. v. 8, nov./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.revistadostribunais.com.br>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

BADARÓ, Gustavo. **Processo Penal**, 2. ed. Rio de Janeiro: Campus Jurídico. 2014.

BONFIM, Edilson Mougnot. **Curso de Processo Penal**, 11 ed. São Paulo. Saraiva, 2016. E-book. Disponível em: <[www.univates.br/biblioteca](http://www.univates.br/biblioteca)>. Acesso em: 23 abr. 2018

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 30 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Disponível: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm)>. Acesso em: 30 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del3689Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689Compilado.htm)>. Acesso em: 30 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 26 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993. **Lei Orgânica Nacional do Ministério Público**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8625.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8625.htm)>. Acesso em 26 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996. **Lei da Interceptação Telefônica.** Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9296.htm)>. Acesso em: 29 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.037/2009, de 01 de outubro de 2009. **Lei da identificação criminal.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12037.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12037.htm)>. Acesso em: 30 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.654/2012, de 28 de maio de 2012. **Lei da identificação criminal por perfil genético.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12654.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12654.htm)>. Acesso em: 27 de mai. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.830/2013, de 20 de junho de 2013. **Lei da investigação criminal conduzida pelo Delegado de Polícia.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12830.htm)>. Acesso em: 30 de jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.850, de 02 de agosto de 2013. **Lei da Organização Criminosa.** Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm)>. Acesso em: 30 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 105/2001, de 10 de janeiro de 2001. **Lei do sigilo das operações de instituições financeiras.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/lcp/lcp105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/lcp/lcp105.htm)>. Acesso em 26 de abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal Federal. **Súmula nº 568.** Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumarioSumulas.asp?sumula=4016>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal Justiça. **Súmula nº 234.** Disponível em: < <http://www.stj.jus.br/SCON/sumulas/doc.jsp?livre=@num=%27234%27> >. Acesso em: 20 mar. 2018.

CAMBI, Eduardo. Interceptação Telefônica: Breves considerações sobre a Lei 9.296/1996. **Revista dos Tribunais.** v.118, nov./dez. 2004. Disponível em: < <http://www.revistadostribunais.com.br>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal.** 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. E-book. Disponível em: <[www.univates.br/biblioteca](http://www.univates.br/biblioteca)>. Acesso em: 10 mar. 2018

\_\_\_\_\_. **Curso de Direito Penal:** parte especial. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. V. 2.

CHEMIN, Beatris F. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos:** planejamento, elaboração e apresentação. 3. ed. Lajeado: Univates, 2015.

CAPOBIANCO, Rodrigo Julio; SANTOS, Vauleidir (coord.). **Leis Penais Especiais:** Como se Preparar para o Exame de Ordem. 6. ed. São Paulo: Método. 2015. v. 14.

QUEIROZ, Carlos A. Marchi de et al. **Manual Operacional do Policial Civil:** doutrina, legislação, modelos. 4. ed. São Paulo: Delegacia Geral de Polícia. 2007.

CRIMINALIDADE Avança no Vale do Taquari. In: **O Informativo**, 11 jan. 2017. Disponível em: <<https://informativo.com.br/policia/criminalidade-avanca-no-vale-do-taquari,39846.jhtml>>. Acesso em: 23 maio. 2017.

DEMERCIAN, Pedro Henrique, MALULY, Jorge Assaf. **Curso de Processo Penal**. 9ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

ÍNDICE de homicídios cresce em Lajeado. In: **A Hora**, 20 ago. 2016. Disponível em: <<http://www.jornalahora.com.br/2016/08/20/indice-de-homicidios-cresce-em-lajeado/>>. Acesso em: 23 maio. 2017.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal**. 3. ed. Bahia: JusPodivm, 2015.

LOPES JUNIOR, Aury. **Direito Processual Penal e a sua conformidade constitucional**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

MASSON, Cleber; MARÇAL, Vinícius. **Crime Organizado**. 3. ed. São Paulo: Método. 2017.

MENDRONI, Marcelo Batlouni . **Comentários à Lei de Combate ao Crime Organizado**: Lei Nº 12.850/13. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia S. **Manual de metodologia da pesquisa no Direito**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MIRABETE, Julio Fabrini. **Processo Penal**. 14. ed. São Paulo: Ed Atlas, 2007.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal e Execução Penal**. 5. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

\_\_\_\_\_. **Manual de Direito Penal**. 14 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa. **Feminicídio: Invisibilidade Mata**. 2017. São Paulo: Editora Instituto Patrícia Galvão. Livro virtual disponível em: <[http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2017/03/LivroFeminicidio\\_InvisibilidadeMata.pdf](http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2017/03/LivroFeminicidio_InvisibilidadeMata.pdf)>. Acesso em: 15 fev. 2018.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**: parte especial. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. v. 2.

RANGEL, Paulo. **Investigação Criminal Direta pelo Ministério Público: Visão Crítica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

\_\_\_\_\_. **Direito Processual Penal**. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. **Apelação Cível nº 70070485859 da 7ª Câmara Cível**. Apelante: G.G.W.C. Apelado: Ministério Público. Relator: Jorge Luís Dall'Agnol, Alvorada, 26 out. 2016. Disponível em: <[www.tjrs.jus.br/site/](http://www.tjrs.jus.br/site/)>. Acesso em: 25 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. **Apelação Crime nº 70074899410, da 3ª Câmara Criminal**. Apelantes: Mauro Enrique Gimenez Martinez e Pamela Caroline Machado Soares. Apelado: Ministério Público. Relator: Ingo Wolfgang Sarlet, Carazinho, 13 dez. 2017. Disponível em: <[www.tjrs.jus.br/site/](http://www.tjrs.jus.br/site/)>. Acesso em: 25 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. **Apelação Crime Nº 70071374649, 5ª Câmara Criminal**. Apelantes: Jaqueline Santos de Abreu e Michelle Dornsbache Izabraldi. Apelado: Ministério Público. Relatora: Genacéia da Silva Alberton, Estrela, 16 ago. 2017. Disponível em: <[www.tjrs.jus.br/site/](http://www.tjrs.jus.br/site/)>. Acesso em: 27 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. **Habeas Corpus Nº 70075958322, 8ª Câmara Criminal**. Impetrante: Joao Costa Ribeiro Filho. Paciente: M.A.M.S. Coator: J.D.V.C.S.L.R. Relator: Dálvio Leite Dias Teixeira, Santana do Livramento, 08 fev. 2018. Disponível em: <[www.tjrs.jus.br/site/](http://www.tjrs.jus.br/site/)>. Acesso em: 30 abr. 2018.

SILVA, Eduardo Araujo da. **Organizações Criminosas: Aspectos Penais e Processuais da Lei Nº 12.850/13**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SOARES, Gustavo Torres. **Investigação criminal e inovações técnicas e tecnológicas: perspectivas e limites**. Dezembro de 2014. 307 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SOUSA, Iago O. S. de. **Algumas considerações acerca do prazo de conclusão do inquérito policial nos casos em que o investigado estiver preso temporariamente pela prática de crime hediondo ou equiparado**. Artigo, 2014. Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cadernovirtual/article/view/987/665>> Acesso em 26 março. 2018.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

**APÊNDICE A – Levantamento de dados (2016) realizado na Delegacia de Polícia de Lajeado - RS no semestre A/2018**

**UNIVATES**

**CURSO DE DIREITO**

**ACADÊMICA: NITCHELA DEXHEIMER**

**MONOGRAFIA: AS TÉCNICAS INVESTIGATIVAS COMO MEIO DE ELUCIDAÇÃO DOS HOMICÍDIOS DOLOSOS NA COMARCA DE LAJEADO NO ANO DE 2016**

**LEVANTAMENTO DE DADOS (2016) REALIZADO NA DELEGACIA DE POLÍCIA DE LAJEADO – RS**

Objetivo geral: verificar, a partir de levantamento de dados na Delegacia de Polícia da Comarca de Lajeado-RS, a utilização de técnicas investigativas, examinando a quantidade de inquéritos policiais que foram elucidados em 2016.

	2016
Nº de Inquéritos Policiais instaurados / PAI's	
Nº de Inquéritos Policiais remetidos ao Poder Judiciário sem autoria	
Nº de Inquéritos Policiais remetidos ao Poder Judiciário com autoria	
Nº de homicídios tentados e consumados	

Com relação aos Inquéritos Policiais e Procedimentos de Adolescente Infrator remetidos ao Poder Judiciário com autoria, quais foram as técnicas investigativas utilizadas para chegar a autoria?